LISTA DE SIGLAS

AIS - Áreas Integradas de Segurança

APS - Atenção Primária à Saúde

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CADÚNICO - Cadastro Único para Programas Sociais

CAESA - Companhia de Água e Esgoto do Amapá

CBMAP - Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Amapá

CEA – Companhia de Eletricidade do Amapá

CEDEC - Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

CEMPRE - Cadastro Central de Empresas

CIRETRAN - Circunscrição Regional de Trânsito

COMDEC – Coordenadoria Municipais de Defesa Civil

CONSEC - Conselho Estadual de Cultura,

CONSEG - Conselhos de Segurança Comunitária

DENATRAN - Departamento Nacional de Trânsito

DETRAN - Departamento Estadual de Transito

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

EAP - Escola de Administração Pública

ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras

FUNCAP - Fundo Nacional para Calamidade Pública, Proteção e Defesa Civil

GGI - Gabinete de Gestão Integrada

IAPEN - Instituto de Administração Penitenciária do Amapá

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

LOSAN - Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

NOB - Norma Operacional Básica

ODM - Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PCDT - Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas

PCH - Pequena Central Hidrelétrica

PDRH - Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PDRH - Política de Desenvolvimento de Recursos Humanos

PIB - Produto Interno Bruto

PNPDEC - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil

PROCON - Proteção e Defesa do Consumidor

RAS - Redes Saúde

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgências

SDIS - Serviço Departamental de Incêndio e Socorro da Guiana Francesa Brasileiro.

SEC - Sistema Estadual de Cultura

SEED - Secretaria de Estado da Educação

SEJUSP - Secretaria de Estado da Justiça e Segurança Pública

SEPLAN - Secretaria de Estado de Planejamento

SETRAP - Secretaria de Transportes do Estado do Amapá

SIN - Sistema Interligado Nacional

SNC - Sistema Nacional de Cultura

SNDC - Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único da Saúde

TFD - Programa de Tratamento Fora do Domicílio

TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação

UBS - Unidades Básicas de Saúde

UEAP- Universidade Estadual do Amapá

VA - Valor Adicionado

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - CONTAS REGIONAIS DO BRASIL – REFERÊNCIA/ 2002 – 2010

TABELA 02 - EMPRESAS POR PORTE NO SETOR COMÉRCIO DO AMAPÁ

SUMÁRIO

1. Apresentação 06

2. Justificativa 08

3. **Valores Estratégicos** 11

4. Eixos Extratégicos de Desenvolvimento 16

4.1 - Eixo de Desenvolvimento Social 16

4.1.1 - Saúde 16

4.1.2 - Educação 20

4.1.3 - Assistência Social 22

4.1.4 - Cultura 27

4.1.5 - Esporte e Lazer 28

4.2 – Eixo de Desenvolvimento da Infraestrutura 30

4.2.1 - Transportes 31

4.2.2 - Mobilidade Urbana 34

4.2.3 - Saneamento Básico 35

4.2.4 - Energia 38

4.2.5 - Urbanização, Ampliação e Valorização 39

4.2.6 - Habitação 41

4.2.7 – Áreas Metropolitanas 42

4.2.8 – Planejamento Urbano 43

4.2.9 – Carteira de Projetos 44

4.3 - Eixo de Desenvolvimento Econômico 46

4.3.1 - Objetivo Geral do Setor Econômico 48

4.3.2 - Setor de Comércio 49

4.3.3 - Setor de Serviços 53

4.3.4 - Setor Agropecuário/Floresta e Pesca 55

4.3.5 - Setor Mineral 56

4.3.6 - Setor Industrial 57

4.4 - Eixo de Desenvolvimento da Defesa Social 58

4.4.1 - Segurança Pública 58

PDT

4.4.2 - Direitos Humanos 60

4.4.3 - Direitos do Consumidor 61

4.4.4 - Gestão Penitenciária 62

4.4.5 - Defesa Civil 64

4.4.6 - Política de Trânsito 65

4.5 - Eixo de Desenvolvimento da Gestão e Finanças 67

4.5.1 - Amapá Inteligente 67

4.5.2 - Atendimento ao Cidadão 68

4.5.3 - Gestão de Pessoas 68

4.5.4 - Finanças 69

4.5.5 - Transparência 69

5. Considerações Finais 71

Apresentação

01

Nos primeiros anos da segunda década do Século XXI, o Amapá passou a enfrentar uma dramática situação social, política e econômica. Infelizmente, nosso estado retrocedeu muito no processo de construção de uma sociedade mais justa, democrática, desenvolvida e solidária.

É doloroso constatar o descontentamento sempre crescente da população com os descaminhos desse período recente da história amapaense, consequência de uma administração que se distancia cada vez mais dos interesses da sociedade, que governa de costas para o nosso povo.

Para que nosso estado não se aprofunde ainda mais por essa vereda perigosa e indesejada, o Amapá precisa reencontrar o seu caminho.

Essa nova jornada, para ser bem sucedida, terá que envolver todos os amapaenses. Segmentos sociais organizados, empreendedores de todos os portes, movimentos culturais, juventude, mulheres, afrodescendentes, indígenas, ribeirinhos - o povo, de um modo geral – e seus governantes devem dar as mãos, para construir o Amapá com que todos sonhamos.

As instituições públicas, por sua vez, devem estar focadas unicamente em bem servir, de forma republicana e democrática, àqueles que justificam suas existências: os cidadãos.

O autoritarismo, a perseguição, o aparelhamento do Estado por grupos de poder e outras práticas semelhantes devem ser repudiadas como deformidades políticas, profundamente nocivas ao bom desenvolvimento de nossa sociedade. Como, aliás, tem sido feito pelo mundo afora, em especial naquelas regiões que se notabilizam pela qualidade de vida de sua população.

O Amapá precisa retomar o caminho do desenvolvimento em suas mais diversas dimensões, e o Governo do Estado, para induzir esse processo, deve ser conduzido de forma moderna, responsável, inovadora e ousada. É isso que nos propomos a fazer, conforme o compromisso que assumimos formalmente através deste Plano de Governo, construído em conjunto com o povo amapaense.

Estamos seguros de que podemos fazer o Amapá avançar para novos e mais elevados patamares de desenvolvimento, concretizando as vocações e realizando as potencialidades estaduais, para o bem de nossa gente.

Nosso plano de governo, detalhado a seguir, contempla os movimentos estratégicos que vamos fazer nos setores econômico, social, de infra-estrutura, de defesa social e de gestão para que possamos assegurar um futuro melhor para todos.

Trata-se de um plano ousado, concebido a partir de nossas sólidas e sempre renovadas relações com a população; que se vale da experiência que acumulamos em nosso período anterior de Governo e da maturidade que adquirimos a partir de todas as nossas vivências político-administrativas; e que se enriquece com os novos conhecimentos conquistados. Alia, portanto, a segurança que nasce da experiência e da maturidade, ao frescor do que é novo e cheio de esperança.

Não se trata, é bom salientar, de um documento pronto e acabado, mas sim de um conjunto de diretrizes, alicerces de um plano de governo que estará em permanente processo de aperfeiçoamento.

São as diretrizes que nos levarão ao futuro desejado pelo povo amapaense. Transformar este plano em realidade é transformar para melhor a realidade do nosso estado. Vamos seguir juntos. Com fé em Deus e com a força do povo, o Amapá vai reencontrar o seu caminho.

Waldez Góes

Justificativa

02

A importância de um Plano está em estabelecer a lógica de atuar. O plano tece a trama que dá sentido ao curso a ser seguido, a fim de atingir os objetivos determinados. Torna mais significativa a intenção retratada em seu conjunto de disposições, avalizando os compromissos, esforços e os resultados dele advindos.

Neste sentido, o Plano que apresentamos é a base orientadora para o resgate das condicionantes estruturais para o desenvolvimento do Estado, hoje esquecidas em razão do imobilismo administrativo, da incompetência gerencial e de interesses não muitos republicanos, tudo corroborado pela letargia institucional jurídica e legislativa que impera no Amapá atualmente.

Importantes referências necessárias ao reposicionamento do Estado, no seu processo de desenvolvimento, foram perdidas. Nota-se que o processo decisório governamental e sua agenda de atividades não estão levando em conta oportunidades que se abrem ao Amapá. Oportunidades que se tornam cada vez mais escassas, no ambiente de elevada competitividade do mundo moderno, em que as sociedades buscam desenvolver suas vocações e explorar de forma racional as suas potencialidades.

Ignorar tais oportunidades é virar as costas para o presente e o futuro do nosso estado, que precisa de transformações inovadoras para enfrentar os desafios existentes em seu caminho.

A estratégia de desenvolvimento que o governo central adotou para o Brasil, nos últimos anos, está baseada, principalmente, no fortalecimento da retomada dos investimentos em infraestrutura, alinhada a políticas de inclusão social e de geração de renda. Essa postura trouxe à tona uma nova consciência de planejamento governamental, que busca não somente a eficiência do gasto público, mas também a eficácia e a efetividade da ação governamental, condizentes com os fundamentos e os princípios declarados na Constituição Federal.

Observando os indicadores gerenciais do Estado dos últimos quatro anos, conclui-se que o Amapá perdeu capacidade competitiva, com redução drástica no poder atrativo para o investimento privado, em especial por conta da falta de investimentos públicos em setores estratégicos. Houve queda sensível na capacidade de geração de riqueza, em função do baixo potencial de produção de bens e serviços, o que estrangulou o crescimento econômico e influenciou negativamente os outros setores no desenvolvimento do Estado.

A dívida pública se transformou em um mero instrumento de evasão de riqueza. Em lugar de servir como meio de obtenção de recursos para financiar o Estado e incrementar as condições de vida de todos os amapaenses, tornou-se um mecanismo de subtração de crescentes volumes

de recursos públicos, inviabilizando a destinação de verbas para áreas sociais e provocando a piora nas condições de vida da sociedade em geral.

Os reflexos da baixa capacidade gerencial instalada e do descaso na sustentação de financiamento para investimentos são notados nos indicadores sociais do Estado, que nos últimos anos vêm caindo abaixo da média nacional.

Situação que se evidencia na péssima qualidade de vida de nossos municípios, resultado de políticas públicas de duvidosa aplicabilidade e equivocado retorno. Explica a carência em que vive o cidadão, esmagado pela precariedade dos cuidados fundamentais para sua sobrevivência, em especial nos setores de saúde e educação, e afligido pela falta de oportunidades de emprego e renda, com a consequente degradação social, pela retirada do maior bem de todo o ser humano, a sua dignidade.

Vários questionamentos emergem da análise dos problemas atuais da administração pública no Amapá, e de suas consequências sobre toda a sociedade amapaense. Essas questões se impõem como desafios recorrentes, a serem suplantados no processo de construção do desenvolvimento estadual, incluindo, entre as mais contundentes, os desajustes sofridos pelas instituições fundamentais do estado de direito, que, por isso, carecem de aperfeiçoamento. Incluem, também, a conscientização sobre a necessidade de mudanças de ordem comportamental, para superação de velhos paradigmas que colocam interesses particulares acima dos da coletividade, os privados em detrimento dos públicos, em prejuízo do mais humilde dos cidadãos.

Obviamente isto leva a uma necessidade premente de se lutar pela consolidação de um Estado servil, organizado, indutor de oportunidades e responsável; de buscar soluções que favoreçam o estabelecimento de políticas econômicas que incentivem e fortaleçam a produção de bens e serviços, de acordo com o potencial de nossas vocações; de definir políticas que direcionem o Estado ao estabelecimento de relações integrativas, tanto internas, com seus municípios, dando-lhes a devida importância no processo de desenvolvimento, como externas, de caráter regional, na articulação do desenvolvimento da Amazônia do Estuário, para que esta se torne referência nacional na tratativa das relações internacionais da Cooperação Brasil-França, Platô das Guianas e América Caribenha; de promover o diálogo e a participação qualificada da sociedade, garantindo-lhe os mais fortes instrumentos de empoderamento para as relações institucionais.

Articulados pela inteligência local, esses temas estratégicos são consequência do conhecimento gerado pela experiência de gestão, que nos indica que o caminho a ser seguido é o da inovação e do controle das ações, para que dessa forma seja definida uma agenda de planejamento pautada no desenvolvimento do Amapá.

O Amapá que pensamos hoje é a garantia para o futuro de nosso estado. A definição dos objetos de ação, nos temas estratégicos aqui apresentados, nos leva a uma bem elaborada lista de indicações acerca de valores, caminhos e soluções para construção e afirmação de um desenvolvimento estadual estruturado na dinâmica das transformações sociais, econômicas e políticas, que privilegia os direitos e a dignidade humana.

A proposta ora apresentada busca orientar a promoção do desenvolvimento, sob a luz do resgate dos valores sociais, como a ética e a moral, os pontos referenciais dos valores gerenciais pressupondo uma nova relação com os instrumentos da ação governamental e uma nova prática de gestão do Estado para a sociedade. O leitor encontrará neste documento a base conceitual do novo modelo e as orientações gerais para a formulação dos Programas Temáticos, dos Objetivos a eles associados, e dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

Valores

03

Valores indicam o que verdadeiramente importa para pessoas e/ou instituições. Este Plano aponta seus valores estratégicos, definindo claramente como devem se comportar gestores e servidores públicos que conduzirão as políticas públicas. A Gestão Estratégica estabelecida será respaldada considerando os seguintes valores: Descentralização; Desconcentração; Eficiência; Simplicidade; Confiança; Inovação e Transparência.

3.1 - Descentralização

A noção de descentralização para a administração do Governo do Estado do Amapá neste contexto se caracteriza pela transferência de competências e responsabilidades da esfera estadual para os municípios, organizações paraestatais ou outros entes não governamentais.

3.1.1 - Como Fazer:

- Compartilhar os processos de tomadas de decisão;
- Conjugar esforços para resolução de problemas;
- Pactuar desafios que conduzam a implementação de políticas que um dos entes sozinho não possa ou não consiga fazer, por qualquer limitação;
- Estabelecer um modelo de gestão compartilhada, visando o desenvolvimento econômico, a promoção e a inclusão social;
- Construir ou consolidar os diagnósticos das esferas governamentais e não governamentais, com o objetivo de propor soluções compartilhadas.

3.1.2 - Razão da descentralização: Quando bem construída e executada, as ações ajudam a melhorar a qualidade da gestão, proporcionando a redução dos esforços humanos, gastos financeiros e materiais, com aumento da base de atendimento e melhoria de resultado.

3.2 - Desconcentração:

A noção de desconcentração para a administração do Governo do Estado do Amapá neste contexto se caracteriza pela distribuição de competências entre os órgãos, para descongestionar, desconcentrar os grandes volumes de atribuições, permitindo desempenho mais ágil e racional da gestão.

3.2.1 - Como Fazer:

- Permitir que o gestor execute a gestão orçamentária e financeira na plenitude;

- Instituir nos órgãos sistema financeiro e de prestação de contas.
- Implantar a normalização dos controles internos do estado, de forma que dê transparência, que seja de uso fácil, que auxilie o gestor, o usuário da norma e os órgãos de controle.
- Implantar sistemas de monitoramento, controle e serviços que auxiliem os órgãos que necessitam da mesma base de informações.

3.2.2 - Razão da desconcentração:

Quando bem implementada, ajuda a dinamizar a gestão e a melhorar a qualidade dos serviços, proporcionando a redução do custo do estado em decorrência da confiança no mesmo, redução da constante duplicidade de atendimento ao cidadão, redução dos esforços humanos, diminuição nos gastos financeiros e materiais. Dinamiza as operações, beneficiando o público.

3.3 - Eficiência:

A noção de eficiência para a administração do Governo do Estado do Amapá neste contexto se caracteriza por atingir os resultados com um mínimo de perdas de recursos, isto é, fazer o melhor uso possível do dinheiro, do tempo, materiais e pessoas.

3.3.1 - Como Fazer:

- Investir mais em tecnologias da informação e comunicação (TIC);
- Investir em equipamentos de ponta;
- Construir instrumentos que auxiliem o uso de tecnologias que melhorem a gestão e deem resposta às necessidades do cidadão;

3.3.2 - Razão da Eficiência: O foco na eficiência proporciona a melhoria da qualidade na gestão pública, facilita o acesso às informações e a comunicação entre as pessoas e, mais do que isso, permite a promoção do desenvolvimento social e o crescimento econômico da comunidade.

3. 4 - Simplicidade:

A noção de simplicidade para a administração do Governo do Estado do Amapá neste contexto se caracteriza pelo modo autêntico e espontâneo de governar, com instruções escritas e desprovidas de complicação, estimulando a criação de instrumentos que facilitem o entendimento

do estado, os direitos e deveres do cidadão, de forma que o cidadão pode acessar os serviços públicos de forma mais fácil e resolutiva.

3.4.1- Como Fazer:

- Desburocratizar os serviços para o cidadão;
- Tornar mais simples os processos e os meios;
- Facilitar a compreensão plena dos processos ao cidadão, gestores e controle;
- Utilizar os meios eletrônicos para disseminar a compreensão e ensinar a prática;
- Incentivar os gestores para que administrem com base na simplicidade e na boa governança;
- Tornar o Orçamento Público de fácil entendimento para todos;
- Gerar informações úteis ao cidadão sobre o processo de geração de despesas do estado e as formas de pagamento;
- Facilitar o entendimento sobre a distribuição das receitas para os Poderes e sobre como é distribuído o orçamento do Estado entre os órgãos;
- Fazer com que os órgãos informem com precisão seus serviços e como o cidadão acessa esses serviços;
- Instituir nos órgãos sistema financeiro de prestação de contas;
- Explicar como as empresas vendem para o estado, os procedimentos e os prazos.

3.4.2 - Razão da simplicidade:

A desburocratização e simplicidade são fundamentais para a boa governança pública. Quanto mais simples e fáceis forem as informações sobre o Estado e sobre como o cidadão interage com ele, mais dinâmicas se tornam as operações, em benefício do cidadão.

3. 5 - Confiança:

A noção de confiança na governança do Governo do Estado do Amapá neste contexto se caracteriza pela esperança firme de que o governante é capaz de resolver os problemas do estado, gerando sentimento de segurança, de certeza na construção do futuro para os cidadãos.

3.5.1 - Como Fazer:

- Fazer com que o cidadão seja parte da solução dos problemas do Estado;
- Gerar eficiência nos serviços com a colaboração do cidadão;
- Construir processo de abertura de dados sobre o Estado, com o objetivo de fortalecer o confiança na governança do Amapá;

3.5.2 - Razão da confiança:

O governo é para os cidadãos e ele deve prover ciclos de confiança e participação, com respeito e unidade trazendo cidadãos e governo para o mesmo lado. É o simbolismo da abertura das portas do governo, um convite para a sociedade civil a participar do governo. É através da confiança que um governo deve funcionar construindo os instrumentos que permitam as pessoas vigiarem o governo.

3.6 - Transparência:

A noção de transparência na governança do Estado do Amapá neste contexto é utilizada no sentido figurado de fazer alusão à característica do administrador ou da organização governamental que não oculta nada ou não tem nada a esconder. O administrador transparente mostra seus atos, projetos, ações e decisões tal como é ou como vai acontecer, sem segredos. Em sentido similar, a organização governamental transparente é aquela que torna pública as suas informações.

3.6.1- Como Fazer:

- Criar cultura de transparência no Estado;
- Criar sistemas que facilitem a publicidade das ações;
- Implantar a normalização dos controles internos do Estado, de forma que dê transparência, que seja de uso fácil, que auxilie o gestor, o usuário da norma e os órgãos de controle;
- Implantar sistemas de monitoramento, controle e serviços que auxiliem os órgãos que necessitam da mesma base de informações.

3.6.2 - Razão da Transparência:

Quando bem implementada, ajuda a dinamizar a gestão e a melhorar a qualidade dos serviços, proporcionando a redução do custo do Estado, em decorrência da confiança no mesmo, redução da constante duplicidade de atendimento ao cidadão, redução dos esforços humanos, diminuição nos gastos financeiros e materiais. Dinamiza as operações beneficiando o público.

3.7 - Inovação:

A noção de inovação no contexto da governança do Estado do Amapá neste contexto se caracteriza pela necessidade de resolução de problemas mais complexos e inéditos.

3.7.1 - Como Fazer:

- Incluir a inovação como prática de governo;
- Criar cultura de inovação com valores e crenças na necessidade de mudança;
- Aumentar e melhorar os canais de capacitação sobre a governança para o usuário e o cidadão;
- Incentivar o cidadão a criar projetos inovadores para o Estado;
- Incentivar a construção de tecnologia no Estado;
- Criar ambientes para incubação de projetos de inovação, com foco no usuário do governo;
- Adquirir tecnologias que não possam ser construídas localmente nas áreas de saúde, segurança, educação e gestão, entre outras.

3.7.2 - Razão da Inovação:

Os governos estão enfrentando situações incomuns, como aumento da violência urbana e o surgimento de novas doenças, no contexto de uma sociedade altamente conectada e globalizada. Para decidir neste ambiente transdisciplinar, de alta velocidade e constante mudança, a gestão do conhecimento e inovação são pré-requisitos. Em síntese, se não inovar, não governa, apenas assume cargos e responsabilidades.

4.1- Eixo de Desenvolvimento Social

O eixo Desenvolvimento Social está subdividido nos segmentos: Saúde; Educação; Assistência Social; Cultura; e Esporte e Lazer.

4.1.1- Saúde

Hoje uma das principais preocupações da sociedade amapaense, quando se fala em saúde, está relacionada à dificuldade de se obter acesso aos serviços em tempo oportuno. Para enfrentar o desafio do acesso é preciso reduzir as distâncias e o tempo de resposta às necessidades de atenção à saúde do cidadão. Para isso, é fundamental levar a saúde para mais perto das pessoas, por meio das Redes de Atenção à Saúde, que serão levadas a todos os 16 municípios do Estado. Isto implica em fortalecer o sistema de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS).

A contribuição que o SUS oferece para a superação das desigualdades sociais em saúde, implica na redistribuição da oferta de ações e serviços, e na redefinição do perfil dessa oferta, priorizando a atenção a grupos sociais cujas condições de vida e saúde sejam mais precárias. É preciso, também, enfatizar ações específicas para determinados grupos e pessoas que apresentem riscos diferenciados de adoecer e morrer por determinados problemas.

4.1.1.1 - Diretrizes:

São diretrizes da política de Saúde: Descentralização da Gestão Estadual do SUS; Vigilância e Promoção da Saúde; Promoção, Prevenção e Assistência à Saúde.

4.1.1.1.1 - Descentralização da Gestão Estadual do SUS

Um dos princípios organizacionais do SUS é a descentralização do sistema. Desde sua criação, propôs-se como meta atingir o maior número de usuários possíveis numa estrutura articulada em redes de atendimento interligadas. Fazendo com que os municípios assumam as responsabilidades de gestão da saúde, conforme prevê a Norma Operacional Básica (NOB) 01/96, que possibilitou aos municípios se enquadrarem em duas modalidades de gestão: a gestão plena de atenção básica e a gestão plena do sistema municipal, permitindo a eles uma maior autonomia na organização e no controle do sistema.

A descentralização nada mais é que a transferência de atribuições, em maior ou menor grau, do Governo Estadual para o Governo Municipal. O objetivo maior é que a população tenha

acesso aos serviços de prevenção e tratamento de saúde diretamente no município em que vive, ficando o Estado apenas com os serviços de alta complexidade.

4.1.1.1.1.1 - Metas Macros:

- Descentralização da gestão das Unidades Hospitalares e Regionais de saúde, visando autonomia administrativa e financeira através do Programa de Aperfeiçoamento e Melhoria da Qualidade dos Hospitais (Hospital da Criança e do Adolescente, Hospital Maternidade Mãe Luzia, Hospital de Emergências, Hospital das Clínicas Alberto Lima, Hospital de Santana, Hospital do Laranjal do Jari, Hospital de Oiapoque) e efetivação da Regionalização da Atenção à Saúde;
- Implantação de um novo modelo de organização da Atenção Primária à Saúde (APS), estreitando as relações entre o Estado e os Municípios, fortalecendo as capacidades de assistência e de gestão, com vistas à implantação das Redes de Saúde (RAS);
- Compor uma rede de formação e desenvolvimento profissional, em parceria com universidades, escolas e cursos profissionalizantes, favorecendo uma unidade na diversidade de pensamento sobre o profissional necessário para responder às necessidades do sistema de saúde do Estado;
- Fortalecimento da residência médica nos hospitais da rede estadual.

4.1.1.1.2 - Vigilância e Promoção da Saúde

Em 2011, o Decreto nº 7508 veio regulamentar a Lei nº 8080/90, para dispor sobre a organização do SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa. Nesse contexto, desenvolveu-se o conceito de Vigilância em Saúde, entendido tanto como modelo de atenção quanto como proposta de gestão de práticas sanitárias, privilegiando a construção de políticas públicas, a atuação intersetorial, assim como as intervenções particulares e integradas de promoção, prevenção e recuperação da saúde em torno de problemas e grupos populacionais específicos, tendo por base, para o planejamento das ações, as análises de situações de saúde nas áreas geográficas municipais.

As ações da Vigilância em Saúde podem ser entendidas como a prática da integração intrainstitucional entre as Vigilâncias Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e de Saúde do Trabalhador. Tornando-se um dos pilares de sustentação do princípio da integralidade do cuidado,

devendo, nesse contexto, inserir-se na construção das redes de atenção à saúde, interagindo com entidades representativas dos interesses de diversos grupos sociais.

4.1.1.1.2.1 - Metas Macros:

- Fortalecimento das ações de Vigilância Sanitária na articulação com as Unidades Básicas de Saúde;
- Fortalecimento do Programa Saúde na Escola, que desenvolve ações de educação permanente e capacitação dos profissionais da educação e da saúde e de jovens para o Programa Saúde na Escola; avaliação das condições de saúde; promoção da saúde e prevenção; monitoramento da avaliação da saúde dos estudantes; e monitoramento e avaliação do Programa Saúde na Escola;
- Ampliação da rede de laboratório de análise na área da Vigilância em Saúde;

4.1.1.1.3 - Promoção, Prevenção e Assistência à Saúde.

A promoção, prevenção e assistência à saúde consistem em políticas, planos e programas de saúde pública com ações voltadas a evitar que pessoas se exponham a fatores condicionantes e determinantes de doenças, propondo-se a sensibilizar a população a cuidar de sua saúde e incentivar condutas adequadas à melhoria da qualidade de vida, implantando-as e implementando-as de forma sistematizada, prestando serviços de prevenção de doenças e de tratamento das doenças já instaladas.

4.1.1.1.3.1 - Metas Macros:

- Fortalecimento da Rede de assistência integral oferecida à mulher, visando reduzir a mortalidade materna, o câncer de mama e de colo uterino;
- Garantir o planejamento familiar, a assistência e proteção à mulher vítima de violência sexual;
- Fortalecer Programa de Assistência à Saúde do Homem, com proposta inclusiva, na qual os homens considerem os serviços de saúde também como espaços masculinos e que sejam reconhecidos como sujeitos que necessitam de cuidados;
- Fortalecimento e qualificação à atenção primária, garantindo assim, a promoção da saúde do homem e a prevenção aos agravos evitáveis;

- Proporcionar atendimento qualificado em toda Rede de Atenção Básica voltada à criança e ao adolescente, com serviços que garantam uma atenção integral à saúde desta população, tendo como foco as estratégias de promoção, prevenção e assistência à saúde, com especial destaque para crescimento e desenvolvimento saudável;
- Organizar de maneira regionalizada e hierarquizada, uma Rede de Serviços de Odontologia, oferecidos nas Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Média e Alta Complexidade e de Urgência/Emergência, formada por equipes de profissionais especializados (Cirurgiões Dentistas, Técnicos e Auxiliares em Saúde Bucal e Técnicos em Prótese Dentária);
- Fortalecer a Rede de Atenção à Saúde Mental, para atender pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de assistência decorrentes do uso do crack, álcool e outras drogas, em especial aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade, ou que por razões intrínsecas ao uso de drogas, necessitam de um atendimento em local diferenciado;
- Implantação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências em todas as regiões de saúde, estabelecendo uma atenção integrada, adequada e eficaz, com a utilização de um Sistema de Regulação Assistencial;
- Promoção da Assistência Farmacêutica, com o objetivo de garantir aos portadores de doenças que configuram problemas de saúde pública, o acesso aos medicamentos considerados como de caráter estratégico pelo Ministério da Saúde. Além dos medicamentos de Dispensação Excepcional definidos em Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas;
- Assegurar atenção integral à Saúde da população idosa, enfatizando o envelhecimento saudável e ativo e fortalecendo a reabilitação da capacidade funcional;
- Fortalecimento da Assistência Oncológica, assegurando e agilizando o diagnóstico precoce, garantindo o atendimento integral à pessoa com câncer (cirurgia, quimioterapia, radioterapia e serviço de apoio multidisciplinar);
- Fortalecimento do Programa de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), de forma que este garanta ajuda de custo ao paciente e, em alguns casos, também ao acompanhante, encaminhados por ordem médica às Unidades de Saúde de outro município ou Estado da Federação, quando esgotados todos os meios de tratamento na localidade de residência do mesmo.
- Fortalecimento da Assistência Hematológica e da Hemorrede, ampliando a assistência aos portadores de doenças hematológicas.

4.1.2 - Educação

A Constituição Federal, no seu artigo 205, preceitua que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Uma vez que a transformação social não se efetiva e nem se consolida sem uma educação de qualidade, livre, aberta e participativa, capaz de congregar e agregar os diversos atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem, é através da educação que se constroem os princípios da equidade, da liberdade e os caminhos da democracia.

Visando o resgate da educação em nosso Estado, necessário se faz estabelecer um plano de recuperação setorial, que tenha como objetivo tanto as condições físicas das escolas, como as que tratem da atuação dos profissionais da educação, em especial no que tange à valorização dos mesmos.

Outro aspecto de fundamental importância é o estabelecimento de uma nova Proposta Político Pedagógica para a educação estadual.

4.1.2.1 - Diretrizes

São diretrizes da Educação: Educação com Qualidade/Inclusão Social, Diversidade e Igualdade; Democratização e Modernização da Gestão e Valorização e Formação Continuada dos Profissionais da Educação.

4.1.2.1.1 - Educação com Qualidade, Inclusão Social, Diversidade e Igualdade

Implica na garantia do direito à educação para todos, por meio de políticas públicas de educação inclusiva, materializadas em programas e ações articuladas, com acompanhamento e avaliação da sociedade, visando a superação das desigualdades educacionais, sociais, étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e a valorização da educação do campo, quilombola e escolar indígena, contribuindo com o desenvolvimento econômico, social e cultural do Estado.

4.1.2.1.1.1 - Metas Macros:

- Promover uma inovadora proposta Política Pedagógica, considerando a Pedagogia da Alternância e a Educação em Tempo Integral;

- Ampliar e reestruturar as redes físicas educacionais, tanto da sede quanto das suas unidades;
- Implementar políticas de apoio aos estudantes da Educação Profissional e Superior da rede estadual de ensino;
- Fortalecer as políticas educacionais voltadas para as modalidades de ensino: Educação Rural ou do Campo, Educação Indígena, Educação Quilombola e Educação de Jovens e Adultos.

4.1.2.1.2 - Democratização e Modernização da Gestão

Pensar a gestão democrática como princípio a ser seguido para a educação, implicando na possibilidade concreta de autogoverno das escolas públicas, visando à democratização e ao poder de decisão no uso dos recursos e no desenvolvimento das atividades de ensino.

4.1.2.1.2.1 - Metas Macros:

- Garantir o regime de Cooperação Técnica entre o Estado e Municípios, objetivando a universalização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental de nove anos, enquanto processo de transição;
- Efetivar a descentralização político-administrativa da Educação Infantil e Ensino Fundamental.
- Garantir a efetivação da Lei da Gestão Democrática no Estado do Amapá;
- Promover Sistema de Avaliação da Educação Básica e Superior do Estado do Amapá;
- Elaborar e executar o Plano Estadual de Educação.

4.1.2.1.3 - Valorização e Formação Continuada dos Profissionais da Educação

Nos inúmeros debates travados no cenário educacional do Estado do Amapá, o assunto principal é a importância de uma política para a formação e valorização profissional dos profissionais da educação. Essa política é o fator principal para construir uma educação pública que seja laica e gratuita para todos, com padrões de qualidade para as instituições educacionais, considerando a legislação vigente, as necessidades das instituições e sistemas. Portanto, é fundamental a oficialização de uma Política Estadual de Formação e Valorização dos Profissionais da Educação, garantindo o cumprimento das leis: nº 9.394/96, nº 12.014/09 e nº 11.301/06.

4.1.2.1.3.1 - Metas Macros:

- Garantir a política de formação dos profissionais da educação, assegurando-lhes a devida formação inicial e continuada em nível superior e de pós-graduação (mestrado e doutorado), nas suas respectivas áreas de formação;
- Fazer a revisão das leis da Regência de Classe e de promoção do professor;
- Reestruturar o Plano de Cargos, Carreira e Salários.

4.1.3 - Assistência Social

A Assistência Social é um dos três componentes do sistema de Seguridade Social no Brasil. Sua descrição e diretrizes básicas estão contidas na Constituição Federal, nos artigos 203 e 204, sendo que sua regulamentação está sistematizada pela Lei nº 8.742/93, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Sua função é manter uma política social destinada ao atendimento das necessidades básicas dos indivíduos, mais precisamente em prol da família, maternidade, infância, adolescência, velhice, o amparo às crianças e aos adolescentes com direitos violados, promoção da integração ao mercado de trabalho, bem como, a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

A Assistência Social se encaminha para consolidar, definitivamente, sua condição de política pública, garantidora de direitos e ferramenta importante para o combate à pobreza, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

As ações desta política voltam-se para a prevenção de riscos sociais e pessoais, com o desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a partir da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, como também para famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos.

Outros eixos de atuação estão relacionados à elevação da renda per capita e ao aumento das condições do bem-estar da população por meio de estratégias que apontem para garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva.

4.1.3.1 - Diretrizes:

São diretrizes da Política de Assistência Social: Enfrentamento à Pobreza; Segurança Alimentar e Nutricional; Garantia de Direitos Humanos; Organização, Participação e Controle Social; e Gestão do SUAS.

4.1.3.1.1- Enfrentamento à Pobreza

O enfretamento à pobreza e sua erradicação é o maior desafio humano do Século 21 e a inspiração que norteia os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A pobreza não é apenas uma questão de insuficiência de renda, mas caracteriza-se também pela dificuldade de acesso a políticas públicas que ampliem as oportunidades das famílias pobres, para superar as vulnerabilidades recorrentes.

Implantar ações complementares aos programas de transferência de renda direta e indireta, para que estes não sejam apenas meras compensações, e sim, efetivas alternativas de superação da pobreza, que sinalizem uma perspectiva de futuro positiva aos beneficiários e que os coloquem em condições de entrar de forma ativa no mercado de trabalho, é uma das portas de saída para a autonomia, construindo políticas transversais e integradas com outras secretarias estaduais.

4.1.3.1.1.1 - Metas Macros:

- Revitalizar e redimensionar os programas estaduais de transferência de renda direta e indireta (Programa Renda para Viver Melhor, Programa Amapá Jovem, Programa Luz para Todos);
- Garantir o acompanhamento efetivo das famílias, na perspectiva da autonomia, em interface com as demais políticas setoriais;
- Assegurar o acesso da população em extrema pobreza à ocupação e renda, por meio da inclusão produtiva e economia solidária;
- Implantar e utilizar a Vigilância Socioassistencial como ferramenta de conhecimento da realidade das famílias e proposições de programas, projetos, benefícios e serviços.

4.1.3.1.2 - Segurança Alimentar e Nutricional

Um dos indicadores utilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), para definir uma meta mínima para a redução da pobreza, foi o combate à fome, mais especificamente, a erradicação da insuficiência alimentar. Enquanto a

população não possuir condições de se alimentar de forma minimamente variada e adequada para a sobrevivência com saúde, não haverá dignidade.

"A Segurança Alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis." (Artigo 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN).

Outro conceito que não podemos deixar de citar diz respeito ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA): "A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população". (Artigo 2º da LOSAN). O DHAA foi incluído no Artigo 6º da CF/2010, através de Emenda Constitucional nº 64.

4.1.3.1.2.1 - Metas Macros

- Difundir as diretrizes da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei Estadual nº 0997/06), pactuando em prol da igualdade de direitos à alimentação adequada;
- Reduzir os índices de famílias e grupos em estado de insegurança alimentar e nutricional;
- Estender o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com enfoque para as minorias (indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, assentados e ribeirinhos);
- Realizar o Diagnóstico Nutricional da população atendida pelos Programas e Ações de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Fortalecer a segurança alimentar e nutricional nas comunidades ribeirinhas, indígenas, negras e quilombolas do Estado, com a oferta de práticas produtivas agroecológicas que diversifiquem a produção e promovam a segurança alimentar e nutricional.

4.1.3.1.3 - Garantia de Direitos Humanos

Os direitos humanos são indivisíveis, ou seja, não pode existir hierarquia entre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Todas essas dimensões de direitos são necessárias

ao desenvolvimento humano, reforçando uns aos outros, e a Declaração Universal de Direitos Humanos é marco decisivo para que isso seja garantido.

Para promover de fato os direitos humanos, é necessário consolidar um estado democrático de direito, dando para cada política pública o enfoque à igualdade e dignidade para todos.

Apesar de termos uma Constituição inovadora, que estabelece um conjunto da proteção aos direitos fundamentais para assegurar a dignidade humana, persistem os desafios de promover efetivamente esses direitos, principalmente os de grupos vulneráveis, como indígenas, quilombolas, idosos e crianças.

4.1.3.1.3.1 - Metas Macros:

- Implementar o sistema estadual de promoção e proteção de Direitos Humanos, como forma de combate às situações de vulnerabilidade social, violação ou ameaça aos direitos humanos;
- Fortalecer as ações ligadas à diversidade sexual, em articulação com os demais órgãos afins;
- Atribuir a cada política pública (educação, saúde, segurança, esporte, cultura, lazer...) uma marca que expressará a concordância plena com os princípios dos direitos humanos, garantindo a transversalidade dos grupos de diversidade, na concepção e execução dessas políticas.
- Promover os Direitos Humanos, a partir da implantação de ações afirmativas para crianças e adolescentes, juventude (Amapá Jovem), Idoso, Pessoa com Deficiência, Mulher, Afrodescendentes e Quilombolas, Indígenas e Povos Tradicionais.

4.1.3.1.4 - Organização, Participação e Controle Social

A participação da sociedade nas funções de planejamento, monitoramento, acompanhamento e avaliação de resultados tem requerido a institucionalização de órgãos colegiados deliberativos, representativos e de caráter permanente. Os Conselhos se configuram nesses espaços públicos de articulação entre governo e sociedade, pois são canais efetivos de participação que permitem estabelecer uma sociedade na qual a cidadania deixe de ser apenas um direito e se torne uma realidade.

4.1.3.1.4.1 - Metas Macros:

- Fortalecer as políticas de desenvolvimento voltadas para as organizações sociais, por meio de subvenções sociais às entidades que atuam na área socioassistencial;
- Fortalecer os Conselhos e Organizações Sociais do Estado do Amapá, a partir da legalização, capacitação, acompanhamento e assistência técnica.

4.1.3.1.5 - Gestão do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)

A IV Conferência Nacional de Assistência Social de 2003 aprovou o reordenamento da gestão das ações de Assistência Social no Brasil. Deliberou pela implantação de um sistema único como modelo de gestão para todo o território nacional, integrando os três entes federativos. Este sistema foi chamado de Sistema Único da Assistência Social (SUAS). É resultado de um pacto federativo, com amplo processo de construção, com suas bases definidas e estabelecidas na Norma Operacional Básica de 2005.

Caracteriza-se por ser um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social, dispondo de duas modalidades de proteção social para consecução de suas garantias: básica e especial, e estabelece novos instrumentos de gestão, de intervenção, de deliberação, de pactuação e de acompanhamento.

4.1.3.1.5.1 - Metas Macros:

- Promover a descentralização político-administrativa da Assistência Social;
- Utilizar o Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) como ferramenta para subsidiar o planejamento de programas, projetos, serviços e ações da assistência social;
- Aprimorar o cofinanciamento, garantindo a corresponsabilidade que deve existir entre as esferas de governo na provisão da Assistência Social;
- Implantar a Política de Valorização do trabalhador da Assistência Social;
- Garantir o cofinanciamento para o SUAS nos municípios;
- Implementar mecanismos de controle e avaliação dos serviços socioassistenciais, estabelecendo os fluxos de serviços de referência e contrarreferência entre as políticas da assistência social, saúde, educação, juventude, segurança pública, habitação, previdência social, cultura, esporte e lazer;

- Modernizar e fortalecer os Conselhos e Fóruns de Direito e Defesa, que compõem a política da assistência social, como espaços de democratização, negociação de consensos e de gestão compartilhada;
- Promover a melhoria da gestão, promovendo Formação Continuada para os trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social;

4.1.4 - Cultura

São diretrizes da Cultura: Fortalecimento da identidade cultural e diálogo intercultural; Incentivo à Economia da Cultura; Integração da educação e Cultura e Gestão Democrática da Cultura.

4.1.4.1 - Fortalecimento da identidade cultural e diálogo intercultural

4.1.4.1.1 - Metas Macros:

- Posicionar a cultura amapaense no cenário estatual, nacional e internacional, promovendo as diversas expressões presentes nas manifestações culturais do Estado;
- Promover trocas culturais diversas entre os 16 municípios do Estado do Amapá e demais Estados brasileiros;
- Promover e proteger as diversas manifestações culturais, materiais e imateriais amapaenses, delimitando os diferentes territórios culturais, e proteger o Patrimônio Histórico e Cultural.

4.1.4.2 - Incentivo à Economia da Cultura

4.1.4.2.1 - Metas Macros:

- Fomentar a economia da cultura como forma de viabilizar a autossustentabilidade dos artistas e produtores, apoiando uma das vertentes econômicas que mais crescem no mundo;
- Estimular os empresários a adotarem ações proativas em relação à cultura de patrocínio, de investimentos em fundos de cultura e de participação em programas de patrocínio incentivado com renúncia fiscal;
- Fomentar e incentivar a cultura, alocando recursos no Fundo Estadual da Cultura.

4.1.4.3 - Integração de Educação e Cultura

4.1.4.3.1 - Metas Macros:

- Aproximar e incentivar a comunidade a conhecer e participar de nossas manifestações culturais;
- Potencializar ações, programas e atividades artísticas e culturais nos espaços públicos.

4.1.4.4 - Gestão e Democratização da Cultura

4.1.4.4.1 - Metas Macros:

- Universalizar o acesso aos equipamentos culturais no Amapá, de forma organizada e democrática;
- Acompanhar e fiscalizar os projetos artísticos mantidos com recursos públicos estaduais;
- Fomentar as inciativas individuais ou coletivas de criação de novos veículos de comunicação e/ou alternativas de circulação da criação de redes de compartilhamento;
- Fortalecer o Conselho Estadual de Cultura (CONSEC), contemplando a participação de representantes dos 16 municípios do Estado em sua composição;
- Aderir ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), assumindo compromisso com a continuidade das políticas públicas nas três esferas do governo e a participação e responsabilização no desenvolvimento das atividades e da diversidade cultural amapaense;
- Instituir o Sistema Estadual de Cultura (SEC), promovendo a gestão democrática e republicana, estimulando a sustentabilidade das políticas culturais.

4.1.5 - Esporte e Lazer

O Esporte e o Lazer são elementos importantes no desenvolvimento integral dos cidadãos, pois desenvolvem a autoconfiança e a autoestima, hábitos saudáveis de vida, superação de limites, o respeito às individualidades, o espírito de grupo, e tantos outros aprendizados.

No campo da interação social, as práticas esportivas e de lazer, constantes e regulares, trazem possibilidade real de inclusão das pessoas no contexto social em que vivem. Por esta razão, as ações do poder público para todos os segmentos da sociedade são essenciais para diminuir as desigualdades sociais, educacionais e culturais existentes em nossa cidade.

Tradicionalmente, o Esporte e o Lazer têm uma aproximação com o rendimento, a performance física, o desenvolvimento técnico e tático, mas esse conceito deve ser revisto e

ampliado. É necessário conceber a prática esportiva e de lazer também como um meio de formação do cidadão.

4.1.5.1 – Diretrizes

São diretrizes do Esporte e Lazer: Universalização do acesso, promoção da inclusão social e Incentivo ao Esporte Olímpico e de Rendimento.

4.1.5.1.1 – Universalização do acesso e promoção da inclusão social

O acesso ao esporte e ao lazer é direito de cada um e dever do Estado, que tem a obrigação de garantir e multiplicar a oferta de atividades esportivas, competitivas e de lazer a toda a população, combatendo todas as formas de discriminação e criando igualdade de oportunidades. A garantia de acesso ao esporte é um poderoso instrumento de inclusão social, considerando sua importância no desenvolvimento integral do indivíduo e na formação da cidadania, favorecendo sua inserção na sociedade e ampliando sobremaneira suas possibilidades futuras.

4.1.5.1.1.1 – Metas Macros:

- Implantar o Sistema Estadual de Desporto, com a criação de Fundo, Conselho e Plano Estadual de Esporte;
- Promover a cultura de orientação à prática de atividades físicas no âmbito das Unidades Básicas de Saúde, incentivando o cuidado com a saúde;
- Fortalecer as práticas esportivas na rede de escolar estaduais, começando pela iniciação esportiva, passando pela disseminação do esporte em larga escala e em diferentes modalidades, até a descoberta de talentos para o esporte competitivo de alto rendimento;
- Fortalecer projetos de apoio ao trabalho das Escolinhas de Futebol em todo estado, garantindo condições para que possam desenvolver um trabalho de qualidade e de inclusão social;
- Desenvolver o plano de construção e reforma de ambientes que favoreçam a política desportiva no Estado;
- Valorizar e investir no esporte amador e profissional, recreativo, paralímpico e não-olímpico, por meio das respectivas ligas, clubes, federações e demais organizações;
- Adequar a infraestrutura esportiva e fomentar a prática de atividades esportivas e de lazer para as pessoas com deficiência;

- Efetivar parceria com as instituições de ensino superior, visando o fortalecimento da política desportiva.

4.1.5.1.2 – Incentivo ao Esporte de Rendimento

É necessário criar condições favoráveis ao seu desenvolvimento, no tocante às responsabilidades dos municípios, e o Esporte Espetáculo deverá promover a geração de emprego e renda.

4.1.5.1.2.1 – Metas Macros:

- Qualificar a infraestrutura esportiva pública para o desenvolvimento de projetos que contemplem a formação de atletas para o esporte de rendimento;
- Captar eventos nacionais e internacionais do Esporte Espetáculo, que, além do fomento ao esporte, auxiliem no desenvolvimento do turismo;
- Desenvolver programa específico de Esporte de Rendimento para atletas com necessidades especiais;
- Fomentar programas que possam ser desenvolvidos nas escolas e universidades;
- Aumentar a possibilidade da prática dos esportes radicais e de aventura, com o devido acompanhamento pedagógico e segurança necessária, por meio da construção de Núcleos de Esportes;
- Criar espaços radicais cobertos, para a prática das atividades esportivas durante todo o ano, bem como a adequação dos espaços já existentes;
- Promover eventos em âmbito estadual, nacional e internacional objetivando também o desenvolvimento do Turismo Temático no Amapá;
- Criar condições para um trabalho profissionalizado, visando à formação e a competição de atletas olímpicos.

4.2 – Eixo de Desenvolvimento da Infraestrutura

Os desafios do Amapá para os próximos anos não são poucos, notadamente no setor de infraestrutura. A promoção do desenvolvimento econômico e social amapaense depende, em elevada proporção, da criação de condições adequadas de logística de transportes, de saneamento, de programas de habitação e de matrizes energéticas capazes de darem suporte ao desenvolvimento.

No eixo estruturante estão, portanto, incluídos temas como: Transporte; Saneamento; Energia; Habitação; Urbanização (ampliação e valorização) e Carteira de Projetos com captação de Recursos.

4.2.1 – Transporte

Dar-se-á primazia à constituição de uma rede verdadeiramente integrada de transporte, seja no campo funcional, através da multimodalidade, seja no campo institucional, buscando viabilizar a adequada e necessária justaposição nos planos federal e estadual dos investimentos requeridos, através de iniciativas articuladas de cooperação e complementaridade entre esses dois níveis de governo.

O Amapá deve preparar-se para ser uma grande plataforma logística (transbordo de carga) para o Brasil, sobretudo em relação aos principais macrofluxos internos e externos, tendo como focos principais o porto de Santana, a Ponte do Rio Jari e a Ponte do Rio Oiapoque.

Nesse sentido, é fundamental que se promovam grandes investimentos na logística de integração e desenvolvimento, com expansão dos percentuais da malha rodoviária estadual e federal em boas condições de conservação, a construção de eixos não pavimentados, otimizando os custos e resultados, e a implantação, em conjunto com a União, de uma solução para o Porto de Santana. Faz-se necessário, também, o aproveitamento da ferroviária para a integração dos modais de transporte de produtos de alto valor agregado.

Sem uma rede de transporte integrada e livre de estrangulamentos, capaz de possibilitar não só ganhos logísticos, mas também elevação dos níveis de bem-estar da população, não há como garantir o crescimento, a competitividade e o emprego, além da coesão territorial.

Daí a necessidade da implementação de mecanismos que possibilitem a gestão do transporte a partir de uma visão metropolitana, ou seja, de modo que o planejamento e as decisões relacionadas aos investimentos e à organização da matriz possam contemplar os aspectos da engenharia de tráfego, obedecendo a critérios que tragam sempre os melhores resultados sob a ótica dos usuários.

Para que o Amapá alcance o objetivo de ser um Estado exemplar em termos logísticos, faz-se necessária a integração física dos eixos terrestres com articulação e interligação ao eixo hidroviário, visto que grande parte das cargas que saem da região amazônica, incluindo o Amapá, passa pelo Canal Norte do Rio Amazonas.

Para viabilizar esses corredores de transporte, o Governo Estadual deverá continuar atuando de forma articulada com o Governo Federal, para a viabilização das seguintes prioridades logísticas regionais.

4.2.1.1 – Diretrizes

Logística de Integração e Desenvolvimento; expansão da pavimentação da malha rodoviária estadual e federal e aproveitamento da ferrovia, hidrovias, portos e terminais.

4.2.1.1.1 – Metas Macros:

- Concluir o Plano Rodoviário do Estado do Amapá, integrado com as principais modalidades de transportes, e promovendo a participação dos órgãos estaduais, municipais e federais que atuam na esfera dos transportes;
- Expandir a pavimentação da malha rodoviária, dotando-a de boas condições de tráfego, de conservação, otimizando custos e resultados, visando à integração espacial competitiva das regiões do Amapá;
- Prover um planejamento efetivo, juntamente com o Governo Federal, para a conclusão da pavimentação da rodovia federal BR-156 – Trecho Norte; conclusão dos projetos para a construção da BR-156 – Trecho Sul; construção da BR 210;
- Retomar a construção da ponte do Rio Jarí, obra importante para o arranjo do Arco Rodoviário Sul, garantindo a integração terrestre dos Estados do Amapá e do Pará;
- Concluir a construção da ponte do rio Matapí e rio Jari, para consolidação do Corredor Rodo-Portuário do Estado – Eixo de Ligação da Região Sul com o Porto de Santana e as rodovias federais BR-156 e BR-210;
- Pavimentar as rodovias estaduais AP-160 (ligação entre os municípios de Laranjal de Jari e Vitória do Jari) e AP-010 (ligação entre Mazagão Novo e Mazagão Velho), eixos estratégicos para o desenvolvimento da região;
- Construir o Arco-Rodoviário Sul, com intervenções na restauração e duplicação das rodovias JK e Duca Serra, privilegiando a interligação com o Porto Organizado de Macapá;
- Duplicar o trecho rodoviário entre as rodovias Duca Serra e BR-210, alternativa para afastar do centro da cidade o trânsito de veículos, máquinas e equipamentos pesados;

- Restaurar as principais ruas e avenidas dos bairros das cidades de Macapá e Santana, com intervenções de drenagem, meio-fio, sinalização e padronização de calçadas;
- Potencializar o aproveitamento da Estrada de Ferro do Amapá (EFA), com foco na integração com os modais rodoviário e aquaviário para o transporte de produtos de alto valor agregado.
- Com base em estudos de mercado e projetos, ampliar a ferrovia até o complexo do Porto de Macapá e na outra extremidade construir um complexo Rodo–Ferroviário, na Região Nordeste do Estado;
- Debater com o Governo Federal o aproveitamento das potencialidades portuárias e aquaviárias do Amapá, com foco na gestão e desempenho técnico e operacional do Porto de Santana no rol das Diretrizes da Política Nacional de Transporte Hidroviário e do Programa Nacional de Logística Integrada (PNLI). A localização estratégica do porto é inquestionável, mas, sua utilização é incipiente;
- Tratar com a Empresa de Planejamento e Logística (EPL), responsável pela estruturação e qualificação, por meio de estudos e pesquisas, do processo integrado de logística do Brasil, a inclusão do Porto de Santana como opção estratégica na mobilidade de produtos;
- Debater com representantes dos demais estados da Amazônia, diretrizes para aumentar a participação do transporte aquaviário na matriz de transporte nacional.
- Fomentar, normatizar e fiscalizar o transporte aquaviário interestadual de passageiros e cargas, inclusive com a participação dos órgãos de segurança, num intercâmbio com a Marinha Brasileira;
- Promover debates técnicos, econômicos e ambientais com a finalidade de implementar diretrizes para transformação do litoral de Santana em um Complexo Portuário Internacional da Amazônia;
- Implementar estrutura portuária, com pier flutuante e pátio de armazenagem, para atender a movimentação de pessoas e cargas regionais, no Igarapé da Fortaleza, a jusante da ponte, Mazagão, Pedreira, Cutias do Araguari e Itaubal;
- Investir num complexo pesqueiro, com infraestrutura de embarque e desembarque, para processamento e conservação de produtos na região Nordeste do Estado;

- Retomar a construção de um terminal de integração multimodal de passageiros e carga do transporte fluvial, dotado de plataforma de interligação com o transporte urbano em Santana;
- Viabilizar investimentos para fomentar ações de recuperação e ampliação da estrutura aeroviária, principalmente nas regiões Centro-Oeste e Sul do estado.

4.2.2 – Mobilidade Urbana

O tema da mobilidade urbana vem se constituindo foco permanente de discussões no setor público e privado, dado o caos em que vem se transformando o trânsito de cargas e pessoas nas grandes e médias cidades brasileiras. Dois fatores contribuíram decisivamente com a crise de mobilidade urbana vivenciada atualmente no Brasil: o baixíssimo nível de investimentos públicos no setor de transportes urbanos, que coincidiu com as maiores taxas de crescimento da população urbana no Brasil, e o crescimento econômico verificado nos últimos cinco anos, que ampliou o índice de mobilidade das cargas e pessoas nas cidades.

É fundamental, portanto, compreender que a mobilidade no contexto e no modo de vida das cidades contemporâneas e, particularmente, das cidades brasileiras constitui parte estruturante do funcionamento de uma sociedade convertida, recente e rapidamente, em urbana.

Assim, fica evidente a necessidade de tratar os deslocamentos não apenas como a ação de ir e vir, mas a partir do conceito de mobilidade, acrescido da preocupação com a sua sustentabilidade, que pode ser traduzida como o resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que priorize os modos não motorizados e coletivos de transporte e a acessibilidade urbana, visando também as pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Assim, fica claro que a Mobilidade Urbana é um dos temas mais importantes no que tange a gestão das cidades. Ela é um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento econômico, inclusão social e para a equidade de apropriação do espaço urbano, sendo determinante para a qualidade de vida dos habitantes de qualquer cidade.

4.2.2.1 – Diretrizes

Integração da Cidade; difusão de um novo conceito de mobilidade urbana, traduzido em um amplo leque de estratégias.

4.2.2.1.1 – Metas Macros:

- Promover ações que priorizem o transporte público sobre o transporte individual, através de reserva de parte do sistema viário para sua circulação exclusiva;
- Melhorar as condições das viagens a pé e cadeirantes, investindo nos passeios e vias de pedestres, eliminação de barreiras arquitetônicas, tratamento paisagístico adequado e tratamento das travessias do sistema viário;
- Ampliar a intermodalidade nos deslocamentos urbanos, estimulando a integração do transporte público com o transporte individual e os meios não motorizados, construindo locais adequados para estacionamento de veículos e de bicicletas próximos às repartições públicas, hospitais e escolas e outros pontos de acesso ao sistema de transporte coletivo;
- Estimular o aumento de viagens que utilizem modos de transportes sustentáveis, principalmente a bicicleta, através de reserva de parte do sistema viário à construção de ciclovias, ciclofaixas e bicicletários;
- Planejar infraestruturas adequadas à caminhada e à utilização de bicicletas e paraciclos, construindo rotas urbanas acessíveis e adequadas à prática de passeios, com passarelas, ciclovias e/ou ciclofaixas seguras e agradáveis;
- Proporcionar informações aos usuários para auxiliar na escolha da melhor opção de transporte, divulgando as características da oferta das diversas modalidades de transportes;
- Estudar a implantação do Transporte Fluvial Urbano (TFU), explorando, em especial, a costa da região metropolitana de Macapá, com objetivo reduzir a saturação da rede rodoviária e reforçar o transporte intermodal, contribuindo assim para um sistema de transportes eficaz e moderno.

4.2.3 – Saneamento Básico

Um dos maiores desafios ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social do Amapá é a melhoria da oferta de saneamento básico, entendendo este como acesso à água de boa qualidade e ao esgotamento sanitário tratado. Apesar de sua importância para a saúde e para o meio ambiente, o problema ainda não teve a devida atenção dos governantes, comprometendo a qualidade de vida de muitos amapaenses.

A falta de água tratada e de sistemas de esgotamento sanitário, em todo o estado, apresenta-se, historicamente, como um dos maiores problemas enfrentados pela população.

A estratégia de ampliar o acesso à água e ao esgotamento sanitário tratados prevê ações assertivas nos próximos anos, que garantam uma maior eficácia do sistema de abastecimento e esgotamento nos centros urbanos, assim como intervenções na zona rural.

O Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, que divulga anualmente a base de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em seu componente "água e esgotos", referente, ao ano de 2012, compreendendo os aspectos operacionais, administrativos, econômico-financeiros, contábeis e de qualidade dos serviços, aponta o Amapá nas últimas posições de um ranking nacional.

Destacamos que a Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa) ocupa a pior faixa no Brasil (> 70%) nos seguintes índices: perdas de água na distribuição e perdas de faturamento. Os dois índices apresentados são suficientes para demonstrar que o saneamento carece de vultosos investimentos.

No que se refere ao índice de atendimento total com rede de água, o Amapá se situa na pior faixa (< 40%). Quanto ao índice de atendimento total com rede de coleta de esgotos, a situação é alarmante, abaixo dos 10%.

Na contramão desse quadro alarmante, ressalta-se que o Amapá foi o estado que menos investiu em saneamento, com um montante de R$ 4,3 milhões em 2011, representando 0,05% do investimento em nível nacional.

O cenário nacional no setor ainda é vergonhoso, principalmente, na região Norte. O governo federal, nos últimos anos, tem proporcionado programas financeiros visando mudar esse quadro. Isso requer que o governo estadual esteja tecnicamente preparado para enfrentar e reverter o grave quadro de déficit, acessando investimentos para ampliar o acesso à água e ao esgotamento sanitário nos centros urbanos, assim como intervenções na zona rural.

Para tanto, se faz necessário a reestruturação e reorganização da Caesa, pautada na eficácia e flexibilidade da estrutura. Atualmente a Companhia não possui condições para recepcionar os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal.

Para retirar o Amapá do último lugar nacional em investimentos no setor de saneamento e a menor cobertura no atendimento de água e esgotamento sanitário do Brasil, se faz urgente e necessária a intensificação de ações e a execução de projetos detalhados, bem como o cumprimento dos cronogramas das obras já contratadas e prestações de contas dos convênios federais.

4.2.3.1 – Diretrizes

Vida Sanável: Universalizar o abastecimento de água, coleta e tratamento dos esgotos, além do manejo dos resíduos sólidos é um caminho a ser perseguido.

4.2.3.1.1 – Metas Macros:

- Para o enfrentamento do déficit de infraestrutura é necessário à contratação de empresas especializadas na elaboração de projetos, em todas as fases requeridas pelo agente financiador, e a contratação de consultoria especializada em reabilitação de empresas de saneamento;
- Trabalhar em parceria com os municípios na execução de estudos e projetos para melhorar a infraestrutura de saneamento básico nas principais cidades, com foco na universalização do atendimento de água tratada e aumento do nível de cobertura de esgoto sanitário;
- Elaborar um programa eficiente de redução dos índices de perdas de água tratada da Caesa, com investimentos na macro e micromedição nos sistemas de tratamento e distribuição de água;
- Implementar ações e investimentos para a regularização do cadastro dos consumidores nas principais cidades do estado;
- Investir em obras, serviços e equipamentos para promover o aumento do faturamento na empresa (instalações de medidores em clientes em potencial; instalações de medidores em clientes sem medição; substituição de medidores por inviabilidade de recuperação e fim de vida útil; equipamentos e acessórios para instalação de sistema de faturamento);
- Consolidar a universalização dos serviços de abastecimento de água tratada, nas cidades de Macapá e Santana, com a conclusão das obras já contratadas pelo Governo do Estado para tratamento, reservação e ampliação das redes na distribuição;
- Implantar um programa de saneamento ambiental, contemplando o abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, manejo adequado dos resíduos sólidos e drenagem urbana, para as cidades de Macapá e Santana;
- Implantar programa visando à melhoria das condições sanitárias nos domicílios e na eliminação de lixões a céu aberto nas cidades;

- Consolidar programas de apoio aos municípios para o enfrentamento das questões relacionadas com o manejo de resíduos sólidos urbanos, com soluções inovadoras que viabilizem a atração de investimentos privados;
- Empreender ações para contratação de projetos para consolidação de uma infraestrutura de esgotamento sanitário para a cidade de Macapá, com foco na verticalização e expansão urbana da cidade, visando à captação de recursos federais;
- Implantar um programa de eliminação dos "lixões" no Amapá, com foco em geração de energia e produção de matéria-prima (reutilização e reciclagem), de forma a recepcionar a adoção de novas tecnologias e inovações;
- Fortalecer as atividades das associações de catadores de material reciclável e atrair empresas de reciclagem de resíduos sólidos e utilização de matéria orgânica;
- Elaborar projetos para implantação do Sistema Público de Manejo de Resíduos Sólidos nas cidades de Laranjal do Jari e Oiapoque.

4.2.4 – Energia

O planejamento energético é condição essencial para sustentação de um projeto de crescimento significativo da economia do Amapá. Esse planejamento passa, obrigatoriamente, pelo investimento na matriz energética a ser adotada, devendo ser pautada pelo princípio da sustentabilidade. Grandes investimentos na geração de energia elétrica vêm ocorrendo no estado. O linhão de Tucuruí garantiu a interligação energética do Amapá com as demais regiões do país, no entanto é sumariamente importante uma infraestrutura de distribuição capaz de proporcionar o suporte ao desenvolvimento. A substituição da geração de energia a combustíveis, em municípios importantes do estado, é um passo importante para o crescimento das regiões norte e sul do Amapá.

No que tange à meta de universalização do acesso à energia elétrica, atendido pelo Programa de Luz Para todos do governo federal, o Amapá é o estado da união que ocupa a última posição na execução do programa.

O crescimento da demanda por energia elétrica no Amapá é exponencial. A ampliação da capacidade de geração promoveu melhorias nas condições de oferta de energia, permitindo a redução da demanda reprimida no estado, mas há que se investir na distribuição.

4.2.4.1 – Diretrizes

Ambiente Favorável de Negócios – Atrair e aumentar o volume de investimentos privados, públicos ou em parceria no Estado.

4.2.4.1.1 – Metas Macros:

- Executar obras de adequação, reforço e expansão do sistema elétrico, com melhoria da qualidade da infraestrutura de energia elétrica em todo estado, dando continuidade ao plano de obras de interligação do sistema elétrico do Amapá ao Sistema Interligado Nacional (SIN);
- Postular, perante a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) programas de garantias, incentivo e condições para abertura de novos empreendimentos produtivos no estado;
- Incrementar o programa de redução dos índices de perdas de energia elétrica;
- Construir alimentadores para atendimento dos bairros da Zona Norte: Macapaba, Amazonas, Miracema I e Buritis, em Macapá. Em Santana, construir alimentadores para atender os bairros do Elesbão, Olaria e do Distrito Industrial;
- Executar obras de reforço nas subestações Macapá II e Portuária e construir novas subestações, como Macapá II, São José e Fazendinha;
- Construir dois novos alimentadores na Claudomiro de Morais e Buritizal, na Subestação Equatorial, para permitir a inversão dos alimentadores Caesa e Nova Esperança;

- Investir em obras, serviços e equipamentos para prover o aumento do faturamento da empresa (instalações de medidores em clientes novos; instalações de medidores em clientes sem medição; substituição de medidores por inviabilidade de recuperação e fim de vida útil; equipamentos e acessórios para instalação de sistema de faturamento);
- Diversificar a matriz energética do Estado do Amapá, com vistas à redução de custos, aumento da eficiência energética e a sustentabilidade ambiental;
- Incentivar pesquisas para o aproveitamento e utilização de energias renováveis, como a Energia Solar, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e a Energia de Biomassa.

4.2.5 – Urbanização.

O verdadeiro desafio é lidar com a situação de precariedade na posse da terra e da moradia daqueles que estão física e socialmente excluídos. Para enfrentar este desafio, é necessária uma mudança de paradigmas. Uma abordagem orientada por projetos, focada na produção de novas moradias e na extensão de redes de infraestrutura urbana, idealizada e implementada pelos diferentes órgãos, tem que ser substituída por uma abordagem programática e integrada.

O tema mobilidade urbana vem constituindo foco permanente nas discussões sobre urbanização das cidades. Um fator contribui decisivamente para isso: o baixíssimo nível de investimentos públicos em infraestrutura de circulação, habitação, lazer, esporte e equipamentos públicos, que coincidiu com o crescimento da população urbana no Amapá, o que amplia a necessidade de ordenar os espaços urbanos.

A urbanização é um dos temas mais importantes na gestão das cidades. Ela é um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento econômico, inclusão social e para a equidade de apropriação do espaço urbano, sendo determinante para a qualidade de vida dos habitantes de qualquer cidade.

4.2.5.1 - Diretrizes

Qualidade de Vida: Os projetos deverão estar em consonância com um plano ainda maior de desenvolvimento, em obediência ao Plano Diretor.

4.2.5.1.1 – Metas Macros:

- Implementar novos projetos, considerando os aspectos de sustentabilidade ambiental com uso consciente do terreno, de energia, materiais, água, vegetação, topografia, acessibilidade e conforto ambiental;
- Desenvolver um projeto paisagístico na Zona Norte de Macapá, contemplando acessibilidade e equipamentos para lazer, esporte e contemplação;
- Reconhecer as identidades regionais e propor obras simbólicas em cada região: parque, praça, reestruturação de centros urbanos, etc.;
- Nos centros urbanos, promover programas que valorizem a história, memória, arte pública, esportes, espaços públicos, informação cultural, consciência ecológica e pluralidade social;
- Promover a urbanização das áreas de baixadas, as regulações fundiárias e desocupação de áreas de risco, incluindo a locação social: subsídio total ou parcial, por um período

determinado, no valor do aluguel de famílias de baixa renda que tenham sido removidas de suas residências, em função de acidentes naturais ou risco.

4.2.6 – Habitação

A questão habitacional no Amapá constitui-se em grave problema social. A dimensão deste quadro é visível tanto nos contingentes elevados de ressacas ocupadas de forma desordenada, quanto nas áreas rurais, onde predomina o problema da precariedade habitacional.

Para mudar essa situação, é necessário compreender e ter uma visão mais ampla do assunto, abrangendo não só a habitação propriamente dita, mas a infraestrutura, ensino, lazer, espaços públicos, transporte, mobilidade, segurança regularização de terras e conjunto de equipamentos públicos.

A carência de moradias acompanha a linha do crescimento da população e o adensamento demográfico nas áreas urbanas. Isso reflete diretamente na problemática do déficit habitacional.

Uma alternativa para essa proposta vincula-se à disponibilização de equipamentos habitacionais em áreas urbanas, de modo a ocupar espaços vazios, áreas abandonadas, degradadas ou subutilizadas e evitar os assentamentos distantes e desintegrados. Dessa forma, a habitação social reforça o tecido urbano e social existente, permitindo-se a inclusão e integração de classes sociais.

O compromisso central para a habitação é traçar uma estratégia para alcançar investimentos federais decorrentes dos programas de habitação nacional que perpassa pela existência de projetos completos e bem dimensionados, levando em consideração todos os aspectos da engenharia.

Importante assinalar que as obras do PAC enfrentam grande burocracia e muitos gargalos no Amapá, como áreas não legalizadas, problemas para obtenção de licenças ambientais e empreiteiras mal preparadas.

Com vistas a aumentar a eficiência dos programas já em andamento no Estado, buscar-se-á, para os próximos quatro anos, tratar o problema habitacional a partir de uma visão orgânica da cidade, verdadeiro cenário da vida comunitária e da sociedade integrada.

4.2.6.1 – Diretrizes

Tratar o problema habitacional a partir de uma visão orgânica da cidade, verdadeiro cenário da vida comunitária e da sociedade integrada.

4.2.6.1.1 – Metas Macros:

- Fazer a revisão do Plano de Habitação da Cidade de Macapá e Santana, numa parceria com os dois municípios;
- Trabalhar o Plano de Expansão da Cidade, em consonância com o Plano Diretor Municipal e fazer o mapeamento das áreas em potencial para habitação;
- Propor a construção de unidades habitacionais evolutivas, cuja primeira etapa esteja integrada com o Plano Urbano, deixando ao morador a decisão sobre o crescimento da casa;
- Implementar o Programa de Integração Habitacional Urbana. Uma alternativa para essa proposta vincula-se à disponibilização de equipamentos habitacionais em áreas urbanas, de modo a ocupar espaços vazios, áreas abandonadas, degradadas ou subtilizadas e evitar os assentamentos distantes e desintegrados;
- Criar o Programa Habitacional Rural, voltado à população rural, visando à melhoria da qualidade de vida.

4.2.7 – Áreas Metropolitanas

O atual processo de urbanização gera novos paradigmas de análise que, de modo geral, permitem a interpretação da cidade para além da configuração de um território povoado. Estrutura-se um espaço de múltiplas inter-relações e diferenciados níveis de ordenamento social e cultural. Essas inter-relações ocorrem tanto em esfera institucional, pela conjugação de responsabilidades de municípios limítrofes para a satisfação de interesses comuns, quanto pela verificação da identidade do cidadão metropolitano.

O território é a delimitação física na qual serão estruturadas diversas políticas públicas de planejamento e execução de ações em áreas como transporte intermunicipal, sistema viário, defesa civil, saneamento básico, uso do solo, aproveitamento dos recursos hídricos, preservação do meio ambiente, entre outras.

4.2.7.1 – Diretrizes

Rede de Cidades – Intensificação das conexões entre o governo, municípios, entidades civis e pessoas na busca do desenvolvimento integrado.

4.2.7.1.1 – Metas Macros:

- Implementar um Plano de Desenvolvimento Integrado para a região Metropolitana de Macapá, Santana e Mazagão;
- Viabilizar a implantação de sistemas adequados de manejo, tratamento e destino final dos resíduos de construção;
- Investir nas ligações e acesso entre os municípios que compõem a área metropolitana de Macapá, promovendo intervenções de melhorias que facilitem o trânsito e ao transporte.

4.2.8 – Planejamento Urbano

Os municípios precisam fortalecer os órgãos de planejamento urbano visando a ocupação do solo urbano de forma organizada e democrática, com inserção social. A especulação imobiliária deve ser combatida. Ela tem expulsado a população dos centros providos de infraestrutura de transportes, saúde e educação, levando-a a ocupar áreas periféricas que não oferecem serviços nem empregos.

As cidades têm crescido sem planejamento urbano. O crescimento da economia brasileira propiciou à população mais pobre adquirir sua moradia e automóvel. O incremento das vendas fez com que o número de veículos crescesse exponencialmente. A falta de qualidade do transporte público estimulou a opção pelo transporte individual, comprometendo a mobilidade urbana. As cidades precisam ser tratadas como organismos vivos e dinâmicos. É preciso recuperar os espaços urbanos com mais calçadas, áreas verdes, ciclovias e parques.

A organização e a gestão das cidades devem possibilitar à população os direitos à cultura, ao lazer, à educação, ao trabalho e a outros bens sociais. Nesse sentido, deve-se investir principalmente em políticas de mobilidade urbana e de oportunidade de acesso à moradia digna.

4.2.8.1 – Diretrizes

Revitalização dos espaços urbanos, aparelhando-os para a habitabilidade.

4.2.8.1.1 – Metas Macros:

- Prover planos diretores para os municípios, especialmente os sujeitos a impactos de grandes empreendimentos e/ou os de interesse turístico, conforme o perfil da cidade;
- Consolidar o Sistema de Informações dos Planos Diretores das cidades, contendo todos os planos diretores do estado;
- Implementar ações conjuntas de planejamento urbano, circulação, transporte e de educação de trânsito para pedestres, ciclistas e condutores motorizados.
- Executar obras de urbanização, macrodrenagem e recuperação das áreas de ressacas já consolidadas e dos canais que cortam a cidade de Macapá e Santana;
- Construir, ampliar, adaptar e reformar os prédios e equipamentos públicos das redes da educação, segurança, saúde e esporte e lazer;
- Buscar parceria com a administração municipal no sentido de promover projetos de revitalização de praças, parques e outros bens públicos de uso comum, no sentido de torná-los mais atrativos;
- Submeter os projetos das edificações públicas e habitacionais para análise, avaliação e parecer do Corpo de Bombeiro Militar, a fim de atender o Código Estadual de Segurança Contra Incêndio e Pânico.

4.2.9 - Carteira de Projetos e Captação de Recursos

A carência de profissionais especializados e a ausência de um órgão com perfil tecnológico dedicado à elaboração e gestão dos projetos de engenharia, planejamento e fiscalização de obras e serviços, contribuem para a existência de uma série de problemas no setor de infraestrutura, destacando-se: pendências de projetos; elevado percentual de obras inadequadas; abandono de obras e contratos pelas empreiteiras; atraso nos cronogramas de execução; dificuldade para obter licenças ambientais; dificuldades para legalização de áreas; reprogramação de contratos de financiamento por causa de etapas adicionais; e retardamento nas prestações de conta de convênios e contratos. Tais situações, por sua vez, contribuem para que o Estado enfrente frequentes problemas de inadimplências perante os órgãos financiadores.

Além disso, cabe ressaltar que existe uma grande burocracia para que as obras se iniciem e muitos gargalos que dificultam o andamento das mesmas, como planilhas orçamentarias com falhas nas composições de custo, alterações nos projetos originais, demora nos processos de licitações e empreiteiras mal preparadas.

Para enfrentar esta complexa situação, nosso plano propõe a criação de um órgão responsável pela elaboração de uma carteira de projetos e pela captação de recursos que viabilizem a elaboração e execução dos mesmos.

O órgão também terá a incumbência de realizar o monitoramento intensivo das execuções das obras juntos aos órgãos executores e atuará como um facilitador e catalizador da resolução dos problemas relacionados aos empreendimentos.

Nesse sentido, é importante que o governo possua um cartório com projetos completos em todas as suas fases e atualizados, bem dimensionados e que atenda as exigências dos agentes financiadores, compatível com a realidade das cidades.

4.2.9.1 – Diretrizes

Trabalhar as ações por meio da integração entre os órgãos do governo do Estado e prefeituras municipais.

4.2.9.1.1 – Metas Macros:

- Promover a interação do governo com os centros de pesquisa, visando instituir um grupo intelectual para elaboração de pesquisas, eventos técnicos e projetos para a Rede de Infraestrutura. Uma das inovações a serem desenvolvidas neste nível é a implantação de um sistema de informações gerenciais, no qual estarão centralizados bancos de dados, informações e estatísticas pertinentes ao setor de infraestrutura;
- Apoiar os municípios nas elaborações: de termos de referência, projetos, básicos, executivos e ambientais, planos de trabalho, etc. visando à captação de recursos;
- Investir na capacitação técnica dos engenheiros, arquitetos, tecnólogos e técnicos do setor de infraestrutura;
- Adotar o Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO 3) e o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), como referências para elaboração dos orçamentos das obras e serviços de engenharia rodoviários, aquaviários, ferroviários, habitacionais, de saneamento básico e de infraestrutura urbana;
- Executar adequadamente uma revisão, atualização e complementação dos documentos normativos das secretarias (área de atuação, organograma e regimento interno, etc.), com o fito de: dotá-las de instrumentos administrativos e técnicos para o cumprimento dos procedimentos e regras para a obtenção, aplicação, controle e prestação de contas dos recursos

públicos; garantir a eficiência no atendimento das leis e normas dos órgãos de controle interno e externo; enxugar os quadros de pessoal administrativo e reforçar o corpo técnico especializado, levando em consideração às novas tecnologias e os atuais métodos construtivos;

- Adotar a metodologia de Gerenciamento por Projeto;
- Adotar medidas para diagnosticar a situação das obras e/ou serviços de engenharia em andamento, paralisados ou não iniciados, tais como: orçamento, cronograma, prestação de contas e estabelecer ações para correções e/ou retomada das obras.

4.3 - Eixo de Desenvolvimento Econômico

A mudança na distribuição da riqueza sob a ótica da produção é o principal desafio do nosso plano de governo, pois o Amapá, mesmo na condição de Estado, ainda apresenta uma economia concentrada no serviço público, cuja participação no valor adicionado à produção foi de 48,1% no ano base de 2011.

Dessa maneira, a estratégia de ação governamental tem como base o aumento da competitividade do mercado amapaense, criando um ambiente propício para o crescimento do setor privado. A tabela 1 apresenta os dados do valor adicionado à produção pelos setores econômicos que compõem o Valor Adicionado (VA) ao Produto Interno Bruto (PIB).

Amapá	**Tabela 1. - Contas Regionais do Brasil - referência 2002 – 2010**								
	Participação das Atividades Econômicas no Valor Adicionado Bruto do Brasil a Preço Básico								
	2003	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**2008**	**2009**	**2010**	**2011**
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Agropecuária	4,2	3,0	3,2	3,2	3,8	4,3	3,8	3,2	3,2
Indústria extrativa mineral	1,1	1,8	0,5	0,7	0,5	1,6	1,1	0,4	1,6
Indústria de transformação	3,5	3,5	4,2	4,0	2,6	2,6	2,8	3,1	2,3
Construção civil	6,9	6,3	4,5	5,5	5,4	4,8	4,0	4,4	4,9
Produção e distribuição de Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	1,4	1,7	1,3	1,2	0,9	1,0	1,5	1,3	1,2

Comércio	11,7	12,0	12,8	12,4	15,0	14,1	15,3	13,7	12,1
Transportes, armazenagem e correio	2,7	4,4	3,8	4,0	2,6	2,7	2,4	3,2	2,8
Serviços de informação	1,6	1,9	2,4	2,4	2,1	1,8	1,9	1,5	1,6
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	2,1	1,8	1,5	1,9	1,7	1,9	1,8	2,0	2,2
Atividades imobiliárias e aluguel	10,0	11,3	10,7	11,5	10,3	10,8	10,8	11,0	10,6
Administração, saúde e educação públicas	41,6	43,2	45,1	45,9	45,5	44,8	46,2	46,1	48,1
Outros serviços	13,4	9,2	10,0	7,4	9,6	9,8	8,3	10,0	9,4

Fonte: IBGE

Na avaliação dos dados pode-se verificar a importância das atividades econômicas agrupadas por setor. No setor de serviços destaca-se o comércio e a Administração pública, que compreendem em conjunto aproximadamente 60% do VA, tendo a segunda uma participação de 48,1%, seguida pelos demais serviços com 26,8%. Indústria e agropecuária representam apenas 13,2% do VA.

O fato importante é que 86,6% do VA amapaense se concentram no setor de serviços e comércio. Ao longo dos últimos anos, houve crescimento da participação do Governo (Federal, Municipal e Estadual) no VA da economia amapaense.

Diante desse quadro, nossa estratégia de ação para o desenvolvimento do setor econômico foi dividida em quatro grupos:

- Agropecuária - Participação de 3,2% no VA.
- Indústria de transformação – Participação de 10% no VA
- Comércio - Participação de 12,1% no VA
- Serviços – Participação de 74% no VA

4.3.1 - Objetivo geral do setor Econômico

- Reduzir a participação das atividades públicas no PIB e no VA, através do aumento da participação do setor privado. Construir um ambiente empresarial estável, com regras claras, propício à atração de investidores e capaz de fomentar o crescimento das empresas locais estabelecidas. Em síntese, estabelecer o equilíbrio da geração de riqueza, rompendo com a economia de contracheque e criando uma matriz produtiva nos demais setores da economia, entendendo que o bem estar, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano, dependem de um setor privado forte e eficiente.

4.3.1.1 – Metas Macros:

- Intervir de forma corretiva na economia, a partir de maior celeridade na execução dos projetos estruturantes financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- Reduzir a burocracia na emissão de documentos públicos, tais como as licenças ambientais, regularização fundiária, licenças de operação e concessão de benefícios fiscais. Nesse aspecto, criar marcos regulatórios para o setor privado se estabelecer, propiciando segurança jurídica e política aos investidores, com definição clara das "regras do jogo";
- Implementar e regulamentar a legislação referente à Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e à Zona Franca Verde, a partir da prévia captação de investidores, para que a regulamentação pela União ganhe mais força e celeridade;
- Efetivar uma política ambiental que garanta o cumprimento da legislação sem que isso implique em entraves ao desenvolvimento econômico do estado, a partir do setor privado;
- Fortalecer o mercado interno, através de uma política de compras governamentais com foco no fortalecimento das micros, pequenas e médias empresas, com o cumprimento da Lei 123/2006;
- Restabelecer a credibilidade do Governo do Estado, a partir da regularidade nos pagamentos aos fornecedores, rompendo com a institucionalização do calote público;
- Promover a reforma administrativa do Estado do Amapá, no intuito de adequar o tamanho da máquina administrativa aos recursos disponíveis para a execução das despesas correntes e de capital, além disso, criar um mecanismo de controle social e dotar o governo de um

sistema de monitoramento da dívida pública, através da publicação de relatórios trimestrais de gestão;

- Fortalecer o Planejamento estadual, promovendo ações de avaliação, coordenação, monitoramento e formulação de políticas públicas, para evitar a sobreposição de funções, além de avaliar resultados e cumprimento de metas por parte de órgãos setoriais.
- Coordenar a execução de um orçamento de prioridades, para que o governo consiga ter suas ações focadas nos objetivos pré-estabelecidos neste plano;
- Construir uma política de integração da economia amapaense com estados brasileiros, para definir o papel do Estado na divisão territorial do trabalho;
- Dar maior celeridade à política de integração com a Guiana Francesa entendendo o Amapá como porta de entrada do Brasil com a União Europeia;
- Utilizar a parceria público-privada como instrumento de ação do governo na busca da eficiência e eficácia na prestação de serviços públicos, estabelecendo um novo objetivo para a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados;
- Construir uma política de integração e auxílio ao desenvolvimento dos municípios.

4.3.2 - Setor de comércio

O setor terciário tem ocupado cada vez mais um papel de destaque na economia local, e com isso, tem demonstrado uma elevada capacidade de geração de emprego e renda no cenário amapaense. O principal indicador desse setor é o número de empresas e pessoal ocupado. De acordo com estatísticas do IBGE e do Portal do Empreendedor existem 8.307 empresas no comércio do Amapá, sendo 47,09% empreendedores individuais; 47,45% microempresas, e 5,45% de empresas de pequeno, médio e grande porte.

A partir da análise desses dados, é possível identificar uma grande concentração de empresas em duas principais categorias: Empreendedores Individuais e Microempresas. Pode-se considerar, portanto, que esses dois segmentos apresentam e refletem as principais tendências do comércio amapaense.

De acordo com o Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), do IBGE, em 2011, foram contabilizadas 4.395 empresas no comércio do Amapá, com destaque para cinco segmentos, em termos de participação: Comércio varejista não especializado (22,89%); Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados (21,59%); Comércio varejista de material de construção (10,38%); Comércio varejista de equipamentos de informática

e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico (9,37%) e Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo (7,99%).

Considerando a variação 2010/2011 do número de empresas, constatou-se que o maior crescimento foi do comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos, com 54,02%. Em seguida, o comércio atacadista não especializado, com 21,05%. Em terceiro lugar o comércio atacadista especializado em produtos de alimentos, bebidas e fumo, com 14,86%. Destacam-se nesse segmento o comércio atacadista de leite e laticínios, leguminosas beneficiadas, carnes bovinas e suínas e outras.

O comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção apresentou 12,5% de crescimento, e o comércio varejista de combustíveis para veículos automotores aumentou em 12% o número de empresas de um ano em relação ao anterior.

Também é importante citar os segmentos que apresentaram queda no número de empresas. Nesse caso estão o comércio atacadista especializado em outros produtos (-35,71%). Enquadram-se nessa atividade, mercadorias em geral, produtos de alimentos e produtos agropecuários. O comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação e comunicação decresceu 12,50% no número de empresas.

Na comparação dos últimos cinco anos 2006/2011, o comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios foi o que apresentou maior crescimento 93,10%. Em seguida, o comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção cresceu 91,67%. O terceiro lugar de maior crescimento em número de empresas foi o comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar, com 84,78%. Em quarto lugar, o comércio varejista não especializado, com crescimento de 84,25%. Esse segmento representa o varejo de não duráveis, composto, predominantemente, por produtos alimentícios. Nesse ramo, observou-se um grande número de novas empresas, onde destacam-se as mercearias, minimercados, supermercados, armazéns e afins.

A partir de 2010, a inserção da figura do Empreendedor Individual trouxe um grande impacto na dinâmica empresarial do Amapá. De acordo com os dados do Portal do Empreendedor, em julho de 2013 o Amapá apresentava um total de 3.912 Empreendedores Individuais, com uma concentração de 32% no setor de comércio varejista de artigos de vestuário e acessórios, e 15,41% no comércio varejista de mercadorias em geral, chegando a 47% apenas nesses dois segmentos, o que demonstra a forte tendência de crescimento do comércio nessas duas atividades.

Tabela 02. - Empresas por porte no Setor Comércio do Amapá

	Total	%
Porte	8.307	-
Empreendedor Individual	3.912	47,09
Micro empresa	3.942	47,45
Pequena empresa	432	5,20
Média	17	0,20
Grande	4	0,05

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas 2013 MDIC – Portal do Empreendedor Individual 2013

4.3.2.1 - Análise do pessoal ocupado do Comércio

O comércio é um dos segmentos que mais absorve mão de obra, com destaque para a importância do varejo no cenário econômico local. Ele também é um dos maiores geradores de emprego e vem apresentando números expressivos de crescimento. Deve-se, no entanto, dar atenção especial ao comércio atacadista, pois nele está o principal canal entre a indústria e o varejo, e nos últimos cinco anos, é a atividade que mais tem crescido em número de pessoas ocupadas.

De acordo com o IBGE, em 2011 o total de pessoas ocupadas no comércio foi de 26.273, desse total, 5.297 estão no comércio varejista não especializado, correspondendo a 20,16% de participação. Esse segmento também é o mais representativo quanto ao número de empresas, predominando, nele, o comércio de produtos alimentícios, representado principalmente por supermercados, mercearias, armazéns e hipermercados.

O comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente, que inclui o comércio de vestuário, calçados, joias e artigos usados, tem uma participação de 17,37%, sendo o segundo em número de pessoal ocupado. Em seguida, está o comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; O comércio varejista de equipamentos e artigos de uso doméstico, com 3.460 pessoas ocupadas, fica em terceiro no ranking, com 13,17% em relação ao total. Este segmento é o 4º em número de empresas no Amapá.

O comércio varejista de material de construção ocupa a quarta posição em número de pessoas ocupadas e o terceiro em número de empresas. Esse ramo teve 11,14% de participação, com 3.460 pessoas na ocupação. O comércio atacadista especializado em produtos alimentícios ocupa a 10ª posição em número de empresas, mas aparece em 5º lugar, considerando o total de pessoas ocupadas. Isso demonstra que o comércio atacadista tem um grande impacto na geração

de emprego no Amapá. Neste tipo de atividade está inserida uma nova modalidade de comércio, que alia o atacado ao varejo, conhecido como *"atacarejo"*, que vem ganhado espaço no Estado.

Na comparação 2010/2011, o segmento de manutenção e reparação de veículos foi o que mais cresceu em termos de ocupação (32,83%). Em seguida vem o comércio atacadista não especializado (29,60%). O comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação aumentou em 20% o total de pessoas ocupadas de um ano em relação a outro. Já o comércio varejista de combustível teve decréscimo de 35% no quantitativo de pessoal ocupado.

Considerando o crescimento de pessoal ocupado em cinco anos, 2006/2011, observa-se que o maior aumento foi no comércio atacadista: O de matérias-primas agrícolas e animais vivos aumentou 212%; o de madeira, ferragens, material elétrico teve aumento de 168%, e o atacadista não especializado, que envolve principalmente os produtos alimentícios, cresceu 150%, apontando uma forte tendência do segmento.

A média de pessoas ocupadas, por empresa, no comércio, é de 5,98. A maior média é também do comércio atacadista não especializado, com 35 pessoas em média por empresa. Na sequência, aparece o comércio de veículos automotores, com média de 17 empregados, e logo depois o atacadista especializado em produtos alimentícios e bebidas, com média de 14 pessoas empregadas por empresa.

De acordo com o IBGE, em 2011 foram pagos em média R$ 223 milhões em salários e outras remunerações pelas empresas do comércio do Amapá. A participação relativa dos cinco principais segmentos representa mais de 50% do total dessas remunerações. O comércio varejista não especializado desembolsou cerca R$ 40 milhões, correspondendo a 18,10% do total; o comércio varejista de produtos novos e usados pagou R$ 31 milhões (4%); em seguida, o comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação pagou R$ 30 milhões (13,85%); o comércio varejista de material de construção pagou R$ 26 milhões (12%) e o comércio varejista de veículos automotores desembolsou R$ 16 milhões em remunerações e salários.

4.3.2.1.1 – Metas Macros

- Ampliar as políticas de qualificação profissional, voltadas para as atividades especificas, construindo banco de dados de trabalhadores em parceria com as organizações do comércio;
- Apoiar, em parceria com os municípios, ações de infraestrutura nos bairros periféricos da capital e do interior, permitindo assim acesso a infraestrutura para os pequenos

comerciantes desses locais. Essa ação tem por objetivo tornar mais dinâmico o comércio dos bairros, importante elemento de equilíbrio social;

- Rediscutir a substituição tributária e alternativas para flexibilizar o modelo.

4.3.3 - Setor de Serviços

O setor terciário (que envolve as atividades de comércio e de serviços) vem conquistando a atenção de investidores e governos no Brasil e no mundo. Em 2009, conforme última atualização de dados do IBGE, o setor de serviços correspondeu a 67,4% do PIB brasileiro (quando medido pelo valor adicionado).

No Amapá, a importância do setor não é diferente. Unindo serviços e comércio, a participação no PIB chega a 86% (medido pelo valor adicionado, em 2011). Deve-se, contudo, levar em conta que em nosso estado o setor concentra-se na participação do Governo no valor adicionado da economia, sendo importante adotar políticas públicas capazes de torná-lo mais atrativo ao setor privado, conforme verifica-se em outros países.

Por se tratarem de atividades essencialmente urbanas, comércio e serviços apresentam, neste Plano de Governo, uma interdependência de propostas. O diferencial mais importante entre os dois setores é a necessidade de se construir uma política de atração de investidores no setor de serviços, com destaque para empresas que atuem nas áreas tecnológicas e de ensino privado.

4.3.3.1. Indicadores do setor de serviços

Estão inseridas no setor de serviços as atividades de transportes, alojamentos, informação e comunicação, financeiras, imobiliárias, científicas, administrativas, de educação, saúde humana, artes, administração pública, entre outras atividades.

Em 2011 o setor registrou uma participação de 86% nas atividades econômicas do Amapá, segundo o indicador PIB, com um total de 5.926 empresas instaladas, distribuídas em 119 atividades. Desse total, predomínio para os empreendedores individuais, com 52,11% de participação. Na sequência, 39,76% de microempresas, 7,64% de pequenas empresas, 0,42% de médias empresas e 0,07% de grandes empresas.

Sobre a tendência das empresas de serviços no Amapá, as que apresentaram maior representatividade, considerando o CEMPRE 2011, foram as atividades de organizações associativas, com participação de 16,83%. Em seguida estão restaurantes e outros serviços, com 10,16% do total, associação de defesa e direitos sociais (4,79%), hotéis e similares (4,47%), educação infantil (4,02%), outras atividades pessoais (3,88%), atividades de atenção ambulatorial

(2,89%), contabilidade (2,75%), agências de viagens (2,61%) e outras atividades de ensino (2,36%). As demais atividades apresentam registro menor que 1% de participação.

Analisando a variação de 2010 para 2011, as empresas que mais cresceram foram as de atividades associativas, com expansão de 152,41%. Na sequência, vêm educação infantil (46,15%), atividade de limpeza (35,29%) e atividade esportiva (38,71%). As que tiveram queda foram as atividades dos transportes rodoviários de passageiros (-7,27%), publicidade (-4,35%), manutenção e reparação de objetos pessoais e domésticos (-9,76%) e serviços de catering (-2,86%).

Em cindo anos as empresas do setor de serviços apresentaram o seguinte comportamento: As que mais cresceram foram as atividades associativas (184,34%), educação infantil (100%), atividade de consultoria e contabilidade (160%), serviços prestados (103%), atividades esportivas (126,32%) e serviços de arquitetura e engenharia (125%). As que apresentaram queda foram as atividades de aluguel de objetos pessoais e domésticos (-29,63%) e reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos (-26%).

Em relação à média de pessoal ocupado por empresa, as maiores taxas foram registradas em outras atividades de ensino, com 15,34 empregados por empresa, seguida por transporte rodoviário de passageiro, com média de 23,76 empregados, e atividade de limpeza, com 25,80 trabalhadores por empresa.

Sobre os empreendedores individuais, 3.088 foram registradas nas mais diversas atividades, sendo que as principais participações estão em cabeleireiro (15,45%), lanchonetes, casa de chá, sucos e similares (12,66%), bares e outros (10,72%), restaurantes (9,36%), reparação e manutenção de computadores (5,28%), serviços ambulantes de alimentos (5,25%), fornecimento de alimentos (4,73%), salas de acesso à internet (3,30%), outras atividades de tratamento de beleza (2,72%), reparação de manutenção de equipamentos de comunicação (2,01%).

4.3.3.1.1 – Metas Macros:

- Implantar política de incentivo à formalização dos empreendedores do setor de serviços;
- Ampliar as linhas de credito disponíveis na AFAP;
- Através da secretaria de Trabalho e Emprego, ampliar os cursos de qualificação destinados as atividades de prestação de serviços;
- Incluir o Amapá na rota dos grandes eventos coorporativos;

- Potencializar as vantagens competitivas do Estado, adotando uma política de atração de investidores no setor de serviços;
- Instituir no âmbito do Governo do Estado, em parceria com a Junta Comercial do Amapá, uma central de atendimentos, capaz de unificar todas as burocracias empresariais;
- Instituir uma política de incentivos fiscais direcionada aos fornecedores das empresas que atuam no setor de serviços;
- Utilizar as compras governamentais como mecanismo de fortalecimento das prestadoras de serviços, com aplicação dos benefícios legais voltados para os empreendedores individuais, as micro e pequenas empresas, e, paralelamente, reduzir a inadimplência do governo com esses fornecedores.

4.3.4 – Setor Agropecuário/Floresta e Pesca

É preciso reconhecer que o Estado tem um papel de fundamental importância para o desenvolvimento da agropecuária local, além da simples oferta de crédito ou da implantação de políticas de apoio. O leque de ações de planejamento e intervenção do Estado no setor deve e será ampliado, incluindo o reconhecimento político da diversidade dos formatos assumidos pelo desenvolvimento rural, passando pela afirmação de direitos sociais, e também, pelo reconhecimento e pela potencialização de demandas específicas, como é o caso do debate sobre a segurança alimentar e nutricional e sobre as ações de desenvolvimento dos territórios rurais. A análise do desenvolvimento rural no Amapá não passa exclusivamente pela análise da agricultura e pecuária, seja ela familiar, seja empresarial, mais também das atividades de produção extrativa ou cultivada.

Em termos político-institucionais, o desafio do desenvolvimento rural, no Amapá, inscreve-se dentro de uma lógica na qual políticas públicas atestem, institucionalmente, as políticas de empoderamento da agricultura familiar e de implementação de modelos que permitam o estabelecimento da agricultura empresarial.

Deve-se buscar a quebra de alguns paradigmas remanescentes que dificultam a implementação de ações para o desenvolvimento produtivo deste setor, tais como: a disponibilização de terras agriculturáveis; a burocracia excessiva e as exigências demasiadamente rígidas para acesso ao crédito; os obstáculos naturais do isolamento e da precariedade dos meios de escoamento; a deficiente assistência técnica; a falta de definição de meios de agregação de valor aos produtos extrativos.

4.3.4.1 - Metas Macros

- Reestruturar o programa estadual de assistência técnica e extensão rural (ATER), de acordo com o que estabelece a lei de assistência técnica agropecuária, florestal e pesqueira;
- Estabelecer o programa de ordenamento e regularização fundiária e ambiental territorial do amapá;
- Implementar políticas públicas que visem fortalecer a agricultura familiar e ampliar a produção de alimentos;
- Planejar e promover políticas públicas de acordo com os princípios de gerenciamento dos territórios da cidadania e o zoneamento das atividades agropecuárias nos municípios;
- Apoiar o uso de novas tecnologias sustentáveis e agroecológicas e estimular sua adoção pela agricultura familiar;
- Incentivar a agricultura periurbana (cinturão verde-hortifrutigranjeiro) dos municípios;
- Implantar a rede de apoio ao desenvolvimento agropecuário (Central de Abastecimento/ Transporte/Cooperativas)
- Fortalecer o programa estadual de pesca e aquicultura, visando o incentivo à criação, fomento, industrialização e comercialização do pescado;
- Implantar o programa estadual da pecuária, objetivando aumentar de forma sustentável a produtividade, qualidade e competitividade da pecuária de leite e de carne com qualidade;
- Fortalecer o Programa Estadual da Floresta de Produção;
- Implantar o programa estadual de produção de grãos do cerrado amapaense.

4.3.5 – Setor Mineral

A definição de um novo modelo institucional para regular a exploração mineral no País é uma exigência de nosso tempo. Decorre, sobretudo, da perspectiva de crescimento econômico continuado para as próximas décadas, num contexto em que a construção da cidadania é prioridade para a sociedade brasileira.

A mineração é uma das principais atividades econômicas do Amapá, tendo desempenhado importante papel no processo de desenvolvimento ao longo da história. Portanto,

resgatar essa importância para esse processo é dar valor às nossas riquezas e potencializar alternativas econômicas de sobrevivência. Para tanto é necessário melhor organizar o setor e maximizar seus benefícios, através da geração de emprego e da qualificação da mão de obra local. Isto é, buscar a aplicação correta das rendas econômicas advindas de sua exploração.

4.3.5.1 - Metas Macros

- Organizar o Setor Mineral de Agregados (Regulamentar junto com a classe de empreendedores de mineral classe II, a exploração enviando a modernização da legislação estadual para a Assembleia Legislativa);
- Organizar e apoiar a legalização do Setor Garimpeiro;
- Elaborar e implantar o Plano Estadual de Mineração Industrial (Fundo de Mineração);
- Criar a Agência Estadual de Mineração;
- Estabelecer discussão com o Governo Federal sobre o marco regulatório da mineração no Estado.

4.3.6 -. Setor Industrial

A definição de um novo modelo industrial, regulado com as necessidades locais, objetiva a dinamização da economia e a oferta de emprego. A perspectiva do crescimento econômico a partir de um parque industrial, mesmo com pequenas e médias empresas, se apresenta como alternativa de desenvolvimento sustentável para um Estado onde a base de sua economia é o emprego público.

A indústria no Amapá é ainda incipiente, porém pode se transformar em uma grande estratégia em decorrência da necessidade de produtos de bens de consumo pela população local, que exija pouca tecnologia e baixo custo de instalação.

Todo este processo pode ser inicialmente dinamizado através de micro, pequenas e médias empresas. Nesse processo, torna-se necessário e urgente articular os segmentos representativos da sociedade, em especial o setor produtivo, a fim de viabilizar a implantação da Zona Franca Verde no Estado, reorganizar o atual parque industrial e incentivar a criação de polos urbanos de indústrias de pequeno porte, além de uma sólida política de incentivo à incubação de Empresas e Parques tecnológicos.

4.3.6.1 Metas Macros

. Implantar a Zona Franca Verde, para industrialização de produtos de nossa biodiversidade;

. Formular Política de incentivo a Incubação de empresas e Parques Tecnológicos;

.Incentivar a criação de indústrias de bens de consumo local, em especial micro, pequenas e médias empresas;

. Promover o desenvolvimento industrial nos municípios de acordo com suas vocações produtivas;

. Incentivar a Formação de técnicos para a Industria local;

. Desenvolver projetos cooperativos entre indústria e universidade;

. Incentivar a atração de capital para o setor de incubadoras e indústria de base tecnológica;

. Incentivar a instalação de indústrias baseadas em produtos de nossa biodiversidade.

4.4 - Eixo Desenvolvimento de Defesa Social

O Eixo Defesa Social contempla os seguintes segmentos: Segurança Pública; Direitos Humanos; Direito do Consumidor; Gestão Penitenciária; Defesa Civil, Politica de Trânsito.

4.4.1 Segurança Pública

Os efeitos da violência e da criminalidade cotidianas são sentidos, primeiramente, pela comunidade e os seus componentes, seja sob a modalidade de situações concretas, seja através da "sensação de insegurança".

Neste contexto, faz-se necessária a abordagem deste tema de forma a buscar estratégias que visem a implementação de políticas de segurança pública voltadas para o bem comum do cidadão amapaense.

O Estado do Amapá tem experimentado altos índices de violência e criminalidade, associado às dificuldades das instituições públicas em lidar com tal situação. No Brasil esta é a realidade da maioria dos Estados, os quais vivem, em maior ou menor intensidade, processos de reestruturação de seus sistemas de justiça e segurança.

A atuação policial sempre esteve ligada à idéia de manutenção da ordem e proteção do Estado, de seus governantes e governados. O moderno conceito de segurança humana, contudo, direciona o foco para os cidadãos, para a garantia de seus direitos individuais e coletivos, dividindo esse encargo com a sociedade civil.

As instituições policiais não podem, sozinhas, dar conta da segurança pública. A repressão à violência é de suma importância, mas é uma abordagem isolada, que não incide sobre os fatos geradores de insegurança. Violência e criminalidade são fenômenos bastante complexos, dinâmicos e multifacetados, os quais exigem uma abordagem multissetorial e integrada, que envolva a sociedade como um todo na busca de soluções que possam surtir efeitos efetivos e sustentáveis.

Esta estratégia representa uma atuação preventiva, e para que tal atuação ocorra, é necessário ouvir os atores locais, as pessoas envolvidas e diretamente atingidas pelas atuações estatais a serem implantadas. A participação comunitária é fundamental para a consolidação de uma verdadeira política pública de defesa social.

Dentre as estratégias a serem adotadas para que se consiga atingir objetivos a seguir traçados, faz-se necessária não só esta participação social, mas também um conjunto de medidas que incluem a valorização e reconhecimento do servidor público, a capacitação permanecente desses servidores e o reaparelhamento dos setores da segurança em geral.

4.4.1.1 – Metas Macros

- Reduzir os índices de criminalidade do estado do Amapá, através da integração operacional dos órgãos de segurança pública;
- Fortalecer a integração operacional dos órgãos de Segurança Pública;
- Incentivar a participação Social no processo de prevenção da violência, de acordo com a filosofia de segurança comunitária;
- Implementar as políticas governamentais de prevenção e combate ao tráfico de drogas ilícitas, de armas e de pessoas;
- Buscar a valorização e reconhecimento dos profissionais do setor;
- Buscar a implementação de fixação de índice orçamentário para o custeio da Segurança Pública;
- Fortalecer o reaparelhamento dos órgãos de Segurança Pública, seja nos âmbitos tecnológico, estrutural e bélico;
- Incentivar a criação e o fortalecimento, nos órgãos de segurança pública do Estado, de grupos de estudos voltados à elaboração de projetos destinados a captação de recursos federais;

- Fortalecer o sistema de inteligência policial como instrumento de prevenção e combate à criminalidade;
- Buscar a redução de gastos com a formação de Praças e Oficiais militares, com a Implantação da academia militar, bem como de um colégio militar, visando assim promover, além da educação, a construção de um espírito cívico e social entre os jovens amapaenses;
- Implantar um hospital militar, visando garantir a preservação da saúde necessária ao desempenho da missão do militar no meio urbano e rural, de forma preventiva e médico/hospitalar;
- Incentivar e providenciar o imediato aumento do efetivo de policiais militares e bombeiros militares nas atividades finalísticas de cada Instituição, fazendo com que os militares que se encontram exercendo atividades administrativas sejam substituídos nas mesmas por pessoal capacitado e admitido através da implementação de Serviço Militar voluntário;

4.4.2 - Direitos Humanos

O reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo. No entanto, identifica-se a necessidade de reconhecer as diversidades e diferenças para concretização do princípio da igualdade.

Neste contexto, é preciso se efetivar no Estado políticas públicas que integrem e igualem o acesso aos direitos civis, alimentação adequada, terra e moradia, trabalho decente, educação, participação política, cultura, lazer, esporte e saúde, considerando a pessoa humana em suas múltiplas dimensões de ator social e sujeito da cidadania. Pois o tema Direitos Humanos é multissetorial, sendo a expressão uma forma de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana.

Sem tais direitos a pessoa não existe no mundo institucional e não é capaz de se desenvolver e de atuar plenamente em sociedade. Todo ser humano deve ter asseguradas as condições mínimas necessárias para que possa se tornar útil à sociedade da qual faz parte, bem como deve, também, possuir a oportunidade de receber os benefícios que a vida social pode lhe proporcionar.

Assim faz-se necessária a implementação de políticas públicas de desenvolvimento com inclusão social, visando ampliar e fortalecer as políticas de desenvolvimento social e de combate à fome, transferência de renda para a erradicação da extrema pobreza e redução da pobreza,

apoiando projetos de desenvolvimento local, com apoio a políticas públicas solidárias de cooperativismo, associativismo e de fomento a pequenas e microempresas.

A erradicação do trabalho infantil, bem como todas as formas de violência e exploração sexual de crianças e adolescentes nas cadeias produtivas, com base em códigos e condutas preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente, fortalecendo políticas públicas de fomento à aquicultura e pesca sustentável, integrando as políticas de geração de emprego e renda, as políticas sócias para combate à pobreza dos agricultores rurais, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, famílias de pescadores e comunidades tradicionais.

Tais ações devem se dar contando com a participação social, pois é essencial que o cidadão opine e participe efetivamente das políticas, ações e serviços públicos dos quais são beneficiários. Através de Conselhos representativos de categorias sociais específicas, os quais pela representatividade poderão interagir com a gestão na construção de políticas públicas, voltadas as suas atividades finalísticas. A participação social é o instrumento de governo mais adequado para construir um regime democrático, cabendo ao Estado instituir mecanismos participativos no intuito de introduzir a população nos programas de governo local.

4.4.2.1 – Metas Macros

- Incentivar a participação da sociedade na implementação e fiscalização das políticas públicas de garantia dos Direitos Humanos ;
- Implementar políticas que visem a efetivação de modelo de desenvolvimento econômico e social que respeite a diversidade regional e cultural ;
- Difundir a universalização das políticas públicas voltadas à garantia dos Direitos Humanos, para assegurar a cidadania plena ;
- Buscar a garantia de acesso à Justiça e combate à violência;
- Implementar política de educação e cultura voltada aos Direitos Humanos.

4.4.3 - Direito do Consumidor

Para que as relações de consumo sejam equilibradas e harmônicas, é essencial que o consumidor amapaense saiba qual é o seu papel: o que pode exigir e o que deve cumprir. O fortalecimento da educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, fará com que os conflitos e problemas de consumo possam ser minimizados.

Tal resultado pode ser alcançado com a potencialização da capacitação de educadores e multiplicadores com conhecimento dos direitos e deveres da relação consumerista, visando garantir o acesso do cidadão amapaense ao Serviço de Proteção ao Consumidor (PROCON) e à Justiça, através de uma Política Estadual de Educação ao Consumo e fortalecimento dos órgãos de defesa do consumidor.

Para que tais medidas sejam adotadas com êxito a sociedade civil organizada amapaense deverá participar efetivamente da política estadual de consumo, com a criação do Conselho Estadual do Consumidor, cuja composição deverá ser paritária com a finalidade de formular as diretrizes da política estadual de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor.

4.4.3.1 – Metas Macros

- Fortalecer a Educação para o Consumo;
- Garantir o acesso do consumidor à Justiça, a fim de efetivar o cumprimento da legislação consumerista;
- Incentivar e fortalecer a participação social nas políticas públicas de Defesa dos Consumidores;
- Atuar na prevenção e garantir a repressão de condutas que violem os Direitos dos Consumidores.

4.4.4 - Gestão Penitenciária

A pena como forma de manifestação do poder de punir do Estado possui finalidade geral e especial. Geral no sentido de ser voltada à coletividade, que vendo a reprimenda como consequência de uma conduta criminosa, sente-se coagida a agir de acordo com as normas impostas pelo direito e em âmbito especial. Especial quando volta-se a pena à pessoa do condenado, o qual deve sentir as consequências de seus atos, experimentando, quando for o caso, a privação da liberdade como meio de punição imposta pelo Estado Juiz.

Neste sentido, o sistema prisional deve garantir o efetivo cumprimento desta pena imposta pelo Estado, garantindo, também, os demais direitos do condenado; direitos estes não atingidos pela sentença judicial.

O Estado, como detentor da responsabilidade de resguardar os direitos dos apenados sob sua guarda, possui atribuição que vai além do encarceramento, mas deve também cuidar do reingresso do indivíduo à sociedade, após o cumprimento da pena que o Estado Juiz impôs.

Desta forma, visando a reintegração daqueles que viveram até então à margem da sociedade, deve-se adotar medidas que viabilizem uma capacitação voltada ao campo da educação profissional, fazendo com que, uma vez fora do sistema prisional, o egresso possa de fato se reinserir na sociedade, estando apto a garantir sua subsistência pessoal e subsistência familiar, sem a necessidade de recorrer a meios ilícitos.

Visa-se com esta diretriz, garantir a ampliação da educação dentro do Instituto de Administração Penitenciária do Amapá (IAPEN), aumentando, consequentemente, o índice de alfabetização e ampliando a escolarização dos apenados.

Além disso, o sistema prisional amapaense precisa adotar medidas que visem garantir a valorização dos seus servidores, pois estudos demonstram que o controle da criminalidade e violência, bem como o processo de ressocialização do indivíduo submetido ao sistema penitenciário, dependem do reconhecimento da importância dos trabalhos realizados tanto pelo profissional na atividade policial, quanto daquele responsável pelo cumprimento da pena, o servidor do sistema prisional, por intermédio da adoção de uma política coerente de valorização desses profissionais.

Devem ser implementados projetos visando a qualidade de vida dos profissionais de segurança pública e agentes penitenciários, com o objetivo de promover o bem-estar, saúde, desenvolvimento pessoal, exercício da cidadania, capacitação e valorização desses servidores.

Este conjunto de medidas tem como escopo a eficácia do sistema prisional.

4.4.4.1 – Metas Macros:

- Potencializar ações de fortalecimento do controle e da segurança da população interna no IAPEN;
- Prover Políticas ressocializadoras, voltadas à reintegração de internos, com a utilização de Política de Capacitação Profissional aos Detentos;
- Implementar políticas públicas de desenvolvimento de penas e medidas alternativas;
- Implementar políticas que garantam ao apenado e egresso o acesso ao mercado de trabalho, valendo-se de legislação estadual já existente neste sentido;
- Incentivar a valorização e capacitação de Recursos Humanos do Sistema Penitenciário Estadual.

4.4.5 - Defesa Civil

Os desastres são considerados efeitos adversos advindos de fenômenos naturais, antropogênicos ou mistos, causando danos e prejuízos de grande monta, que assolam o homem e o meio ambiente. Assim a Política Nacional de Defesa Civil prevê um Sistema para intervenção aos desastres, que permeiam ações pontuais nas esferas municipal, estadual e federal, e que se complementam gradativamente conforme a gravidade do desastre e a complexidade da resposta.

Neste contexto, podemos afirmar que a primeira resposta deve potencialmente envolver o município, cabendo desta forma à Defesa Civil Estadual fomentar a operacionalização das Coordenarias Municipais de Defesa Civil (COMDEC's).

O Estado do Amapá, por orientação governamental e assessoramento da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC), estimulou a criação das COMDEC's, instituídas por legislação municipal no ano de 2003. Entretanto, a partir do ano de 2010 ocorreram modificações relevantes da norma vigente, com o advento de Leis e Decretos de âmbito Federal, instituindo e regulamentando a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, critérios para o reconhecimento de Situação de Emergência e de Estado de Calamidade Pública transferências de recursos federais e aplicabilidade do Fundo Nacional para Calamidade Pública, Proteção e Defesa Civil (FUNCAP). Trata-se, portanto, de uma questão de importância capital à operacionalização da Defesa Civil, que os municípios tenham pleno conhecimento e atendam às normas existentes, para prover a legalidade em situações de calamidades e viabilizar o acesso a recursos de outras esferas governamentais.

Por serem os Desastres eventos adversos de caráter fortuitos, e por muitas vezes imprevisíveis, regra geral vem o Estado experimentando grande letargia na administração orçamentária e financeira, sobretudo na dotação de Créditos Suplementares Extraordinários para fazer frente às demandas de resposta à calamidade, fragilizando os princípios constitucionais de eficiência, legalidade e economicidade dispostos ao ente público.

A instituição de um Fundo Estadual de Defesa Civil, nos moldes do Fundo nacional, criados pela União, trará um novo referencial de agilidade no tratamento da demanda administrativa e operacional para o enfrentamento aos desastres no âmbito estadual, contemplando redução de desgastes sociais nas áreas afetadas, quando o Município demandar esforço do Governo do Estado.

4.4.5.1 – Metas Macros

- Potencializar as atividades preventivas de serviços técnicos de vistoria, análise de projetos e de perícia em local de incêndio;
- Difundir a Política Nacional de Defesa Civil;
- Fomentar a criação de um Fundo Estadual de Defesa Civil;
- Facilitar a reestruturação do Plano de Emprego Operacional, visando colocar os aparatos operacionais estrategicamente localizados o mais próximo possível do local de sinistro, para que haja minimização de danos e prejuízos socioeconômicos. Considerando que a Região Metropolitana de Macapá e Santana já conta com uma população superior a quinhentos mil habitantes e que já experimenta uma considerada deficiência de fluidez no trânsito e, ainda, o interior do Estado dispõe de áreas urbanas com demandas próprias de serviços de segurança, imperioso se faz desenvolver a descentralização de aquartelamentos na capital e no interior;
- Fomentar a operacionalização da Defesa Civil Municipal;
- Buscar a ampliação e otimização da atividade aérea de Defesa Civil, pois o Estado do Amapá possui uma malha viária relativamente pequena, que não promove capilaridade à muitas regiões e comunidades isoladas e, que por suas características de baixa densidade demográfica, inviabilizam investimentos significativos em aquartelamentos, aparelhamento e equipes de Defesa Civil;
- Implementar a integração operacional SAMU-CBM, racionalizando infraestrutura de edificações, equipamentos e recursos tecnológicos de central de operações, ampliando a disponibilidade de equipes, reduzindo a demanda dos serviços de emergência e urgência e padronizando os protocolos de entrada na rede hospitalar;
- Otimizar a Cooperação Técnica Internacional com a Guiana Francesa, em matéria de Defesa Civil.

4.4.6 - Politica de Trânsito

"O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito". Assim define o Código de Trânsito Brasileiro. A Organização das Nações Unidas (ONU) , em consonância com a Organização Mundial de Saúde (OMS), estabeleceu a década 2011-2020 como a Década Mundial de Ação pela Segurança no Trânsito, por intermédio da Resolução ONU nº 2, de 2009, com fim específico de estimular, em

nível mundial, a adoção de medidas que visem reduzir a mortalidade e agravos à saúde derivados de acidentes de trânsito.

O Brasil aderiu aos esforços da ONU, editando o Plano Nacional de Redução de Acidentes e Segurança Viária Para a Década/ 2011–2020. Neste aspecto, ações estratégicas devem ser adotadas, em nível estadual, para contribuir de forma contundente com a redução dos números de acidentes e perdas de vidas.

Buscando a redução acima citada, faz-se necessário demonstrar que no Estado do Amapá o número de usuários diretos do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), incluindo proprietários de veículos e condutores, mais do que dobrou em uma década e a estrutura do órgão permaneceu a mesma para o atendimento aos seus clientes.

Partindo deste norte, deve-se buscar a descentralização dos serviços do DETRAN, com a edificação e ativação de Circunscrição Regional de Trânsito, além de implementar aparatos tecnológicos adequados às atividades desenvolvidas no Departamento, órgão público em que a tecnologia de informação tem valor capital para o seu bom funcionamento, visto que além de seus usuários diretos, gravitam em seus sistemas de dados uma série de organismos públicos e privados.

O aprimoramento e implementação de novas tecnologias, com atenção na coleta, tratamento, transmissão de dados e estatísticas, irá prover ao órgão a devida segurança jurídica nos seus processos, agilidade na disponibilização de serviços eletrônicos ao usuário final e eficiência na troca de dados com os demais organismos interdependentes.

Deve-se, ainda, associar tais medidas à promoção e planejamento das políticas públicas de engenharia de tráfego e a execução de obras de infraestrutura e de sinalização em vias para tráfego de veículos, de pessoa e animais, promovendo uma circulação otimizada dentro de critérios de fluidez, mobilidade e segurança.

Tais medidas devem ser trabalhadas através de ações integradas, necessitando ações e interações de todos os organismos públicos e privados. Logo se faz necessário que o debate e as deliberações sejam sistêmicas, envolvendo a participação de múltiplos agentes e agências, haja vista que o trânsito é um fenômeno social e tem seus efeitos permeando consequências em toda a comunidade.

4.4.6.1 – Metas Macros

- Implementar a descentralização das atividades do DETRAN na capital;

- Promover otimização de recursos tecnológicos para o DETRAN;
- Promover política de desenvolvimento de recursos humanos do DETRAN;
- Desenvolver políticas públicas relacionadas à engenharia de tráfego, promovendo um criterioso estudo, com ampla participação de todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, envolvidos no âmbito estadual, elaborando um Plano Viário Estadual e a execução de obras viárias para a região metropolitana de Macapá e Santana e para os demais municípios do Estado;
- Potencializar a Segurança no Trânsito;
- Reforçar a Educação para o trânsito em todos os níveis;
- Fortalecer os Órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado;
- Valorizar a informação como ferramenta de Gestão, pois o Estado deve ir além do tratamento estatístico adequado, passando ao tratamento científico da informação através do envolvimento da comunidade acadêmica na produção de pesquisa, observando o trânsito como fenômeno social, e subsidiando o administrador para a proposição de soluções viáveis.

4.5 – Eixo do Desenvolvimento da Gestão e Finanças

O Eixo do Desenvolvimento da Gestão e Finanças é constituído das áreas Amapá Inteligente; Atendimento ao Cidadão; Gestão de Pessoas; Finanças: Transparência.

4.5.1 - Amapá Inteligente

A infraestrutura tecnológica para um governo eficiente é o elo integrador dos órgãos púbicos governamentais e possibilita a universalização do acesso da população a serviços, informações e conhecimentos que melhoram a vida das pessoas e abrem novos horizontes, seguindo a visão de Governo Aberto (OGP). Ao universalizar o acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), permite-se que toda pessoa faça parte das Sociedades de Informações.

Os instrumentos que integram o cidadão em linha direta com a administração pública permitem que estes expressem suas preocupações e necessidades, proporcionando ao Estado produzir respostas oficiais, com ações rápidas e precisas.

A sabedoria, a energia e a criatividade das pessoas é o maior patrimônio de uma nação, e incentivar o uso de uma ferramenta que permite a participação do público nas decisões de governo é a maior prova do valor que o povo tem para seu governante.

Ao Identificar as melhores práticas para a participação do público no governo e sugerir métricas para avaliação das políticas públicas implantadas, o Estado permite ao cidadão avaliar o progresso da administração em direção às metas estabelecidas e ao mesmo tempo torna sua participação no governo mais efetiva, incorporando o interesse pela participação do cidadão na política governativa, e incentivando outros órgãos a aprender com seus exemplos

4.5.1.1 – Metas Macros

- Criar infraestrutura tecnológica para um Governo Eficiente
- Promover a participação do cidadão nas decisões de Governo;
- Desenvolver práticas de avaliações governativas.

.

4.5.2 – Atendimento ao Cidadão

As políticas de atendimento ao cidadão melhoram o relacionamento entre o Estado e a população, assegurando que todos tenham o direito a acessar ou a receber do poder público a informação do seu interesse, propiciando uma maneira democrática de prestação de serviços e um processo constante de inovação do atendimento ao cidadão em todo o Estado.

Estas políticas continuarão sendo praticadas em unidades centralizadas de atendimento integrado ao cidadão, nos órgãos do estado, em unidades de atendimento que garantam a melhoria de espaços para atendimento, com servidores treinados e redefinição de fluxos e processos, mas também será promovida a criação e implantação do e-governo, com investimentos no aperfeiçoamento tecnológico do setor público.

4.5.2.1 – Metas Macros

- Garantir a politica de atendimento com excelência ao cidadão
- Implantar o e-governo

4.5.3 – Gestão de Pessoas

Adotar uma política de gestão de pessoas focada na avaliação com base no desempenho e reconhecimento do mérito, com o objetivo de elevar a autoestima dos servidores e a melhoria contínua do padrão de qualidade do serviço prestado ao cidadão. Manter os servidores capacitados, motivados para o uso de novas tecnologias, valorizado em seu ambiente, reconhecido

por seu espírito inovador e pelo comprometimento com os resultados da gestão e com o perfil adequado à função do Estado.

4.5.3.1– Metas Macros

- Fortalecer a política de Gestão de Pessoas;
- Promover o controle da força de trabalho à disposição do Estado.

4.5.4 – Finanças

O equilíbrio fiscal é fundamental para a garantia da manutenção das dívidas do estado em trajetória sustentável e de forma transparente para o cidadão, além de manter a adimplência das obrigações tributárias, previdenciárias, salariais e contratuais.

A redução do custo do Estado permite a realização de um volume maior de investimentos com recursos próprios do Tesouro Estadual. Necessário se faz, por outro lado, criar uma política agressiva de captação de recursos externos e, em paralelo, adotar formas dinâmicas de controle da aplicação precisa e transparente dos recursos disponíveis.

4.5.4.1 – Metas Macros

- Fortalecer o equilíbrio fiscal;
- Modernizar o controle da arrecadação;
- Modernizar o sistema de pagamento.

4.5.5 – Transparência

A espinha dorsal de um governo transparente e responsável é o bom gerenciamento dos registros que documentam as decisões do governo. A transição para a informação digital cria novas oportunidades para o gerenciamento de registros, mas o governo ainda depende de sistemas e politicas concebidas numa era pré-digital, onde predominam os documentos impressos, cujo gerenciamento é em geral, complexo e ineficiente.

As políticas de registros e práticas de gestão são iniciativas para permitir ao cidadão sugerir mudanças e melhorias das leis existentes, recomendar reformas nos instrumentos que definam obrigatoriedade de práticas já estabelecidas e que não são seguidas, dizer como a tecnologia pode auxiliar seu monitoramento nos registros do Estado com menor custo-benefício.

As políticas conjuntas de informações com os órgãos de controles externos garantem o acesso dos órgãos de controle aos registros públicos do Poder Executivo com maior transparência, em tempo real, no formato pré-estabelecido para suas análises, de forma antecipada, encorajando a divulgação das informações consolidadas do Estado antes mesmos dos prazos estabelecidos.

A política de acesso público aos registros do Estado cria um marco legal temporal para disposição pública de todos os documentos, e também para a disponibilização das produções científicas ou artísticas elaboradas com recursos públicos ou que o Estado tenha completado, mediado ou garantido.

4.5.5.1– Metas Macros

- Modernizar a Gestão do Governo;
- Criar políticas de registros e práticas de Gestão;
- Criar políticas conjuntas de informações com os órgãos de controle externo;
- Definir a política de acesso público aos registros do Estado.

Consideraçõe Finais

05

Este plano foi concebido de forma transversal e delineado a partir de valores estratégicos e macrodiretrizes, sempre conciliando as políticas públicas em favor da população.

Para sua implementação, adotaremos um processo estruturado de Planejamento Estratégico, o qual contará com a participação da sociedade e, em especial, dos servidores públicos, etapa em que serão definidas as ações a serem implantadas e estabelecidos os mecanismos de monitoramento e avaliação, profissionalizando, dessa forma, a gestão pública.

O Planejamento Estratégico permitirá definir o Programa Executivo, seguido de Plano de Metas para os cinco eixos de desenvolvimento Social, Econômico, Infra-Estrutura, Defesa e Gestão.